



**CENSO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA | 2020**
RESUMO TÉCNICO

**DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS
EDUCACIONAIS
DEED**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO | **MEC**

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS
EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA | **INEP**

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS | **DEED**



**CENSO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA | 2020**
RESUMO TÉCNICO

Brasília-DF
Inep/MEC
2021



Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)
É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS (DEED)

COORDENAÇÃO-GERAL DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CGCEB)

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE QUALIDADE E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO (CGCQTI)

COORDENAÇÃO DE ESTATÍSTICAS, INDICADORES E CONTROLE DE QUALIDADE DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (CEICQEB)

EQUIPE TÉCNICA

Carlos Eduardo Moreno Sampaio

Célia Cristina de Souza Gedeon Araújo

Fábio Pereira Bravin

Carla Rodrigues Costa de Araújo

Helena Ariane Borges Corrêa

Julio Cesar de Lima Filgueiras

Lafís Raiane Miguel Amaral

Marlei Afonso de Almeida

Raphael Igor da Silva Corrêa Dias

Vítor Passos Camargos

DIRETORIA DE ESTUDOS EDUCACIONAIS (DIRED)

COORDENAÇÃO DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES (COEP)

REVISÃO

Thaiza Carvalho

NORMALIZAÇÃO

Clarice Rodrigues da Costa

REVISÃO GRÁFICA

Daniel Caixeta

Lilian dos Santos Lopes

PROJETO GRÁFICO/CAPA

Marcos Hartwich

PROJETO GRÁFICO/MIOLO

Raphael C. Freitas

DIAGRAMAÇÃO E ARTE-FINAL

Raphael C. Freitas

**A exatidão das informações e os conceitos e opiniões emitidos
são de exclusiva responsabilidade da equipe técnica.**

ESTA PUBLICAÇÃO NÃO PODE SER VENDIDA. DISTRIBUIÇÃO GRATUITA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
Censo da educação básica 2020 : resumo técnico [recurso eletrônico] – Brasília : Inep, 2021.
70 p. : il.

ISBN: 978-65-5801-012-8

1. Educação brasileira. 2. Educação básica. 3. Censo escolar. I. Título.

CDU 31:37(81)



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2016-2020.....	16
GRÁFICO 2	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020	16
GRÁFICO 3	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020	17
GRÁFICO 4	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, POR ETAPAS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2020	18
GRÁFICO 5	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS, POR COR/RAÇA, SEGUNDO ETAPAS DE ENSINO – BRASIL – 2020	20
GRÁFICO 6	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2016 A 2020	21
GRÁFICO 7	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA CONVENIADA/NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2016-2020	21
GRÁFICO 8	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020	22
GRÁFICO 9	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2016 A 2020	23

GRÁFICO 10	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS INICIAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA CONVENIADA/NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2016-2020	23
GRÁFICO 11	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS FINAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA CONVENIADA/NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2016-2020	24
GRÁFICO 12	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020	24
GRÁFICO 13	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PÚBLICA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2020	25
GRÁFICO 14	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PRIVADA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2020	26
GRÁFICO 15	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (TOTAL, INTEGRADO E NÃO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL) – BRASIL – 2016-2020.....	26
GRÁFICO 16	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA SEPARADA EM CONVENIADA E NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2016-2020	27
GRÁFICO 17	NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020	27
GRÁFICO 18	TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO MÉDIO, POR REDE DE ENSINO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2020	28
GRÁFICO 19	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – BRASIL – 2016-2020	29
GRÁFICO 20	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020.....	29
GRÁFICO 21	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020	30
GRÁFICO 22	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO COR/RAÇA – BRASIL – 2020	31
GRÁFICO 23	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2016-2020.....	32
GRÁFICO 24	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020	32

GRÁFICO 25	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020	33
GRÁFICO 26	NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO COR/RAÇA – BRASIL – 2020	34
GRÁFICO 27	NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS OU ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2016-2020	34
GRÁFICO 28	PERCENTUAL DE ALUNOS MATRICULADOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES QUE ESTÃO INCLUÍDOS EM CLASSES COMUNS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2016-2020	35
GRÁFICO 29	PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNO GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO QUE FREQUENTAM CLASSES COMUNS (COM E SEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) OU CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS – BRASIL – 2016-2020	36
GRÁFICO 30	NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS E EM CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020	37
GRÁFICO 31	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES, POR ETAPA DE ENSINO – BRASIL 2016-2020	38
GRÁFICO 32	NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020.....	38
GRÁFICO 33	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2016-2020.....	39
GRÁFICO 34	NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020	40
GRÁFICO 35	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2016-2020.....	40
GRÁFICO 36	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2020	41
GRÁFICO 37	NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020	42
GRÁFICO 38	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2016-2020.....	42

GRÁFICO 39	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2020	43
GRÁFICO 40	NÚMERO DE DOCENTES NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020.....	45
GRÁFICO 41	ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2016-2020.....	45
GRÁFICO 42	INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2020	46
GRÁFICO 43	PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU OU STRICTO SENSU (INDICADOR 16A – RELATÓRIO DO 3º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2016-2020.....	48
GRÁFICO 44	PERCENTUAL DE DOCENTES COM FORMAÇÃO CONTINUADA (INDICADOR 16B – RELATÓRIO DO 3º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2016-2020.....	48
GRÁFICO 45	PERCENTUAL DE ESCOLAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020	49
GRÁFICO 46	NÚMERO DE ESCOLAS, POR OFERTA DE ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2020	51
GRÁFICO 47	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2016-2020	52
GRÁFICO 48	RECURSOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2020	53
GRÁFICO 49	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) – BRASIL – 2016-2020	54
GRÁFICO 50	NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020.....	54
GRÁFICO 51	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020	55
GRÁFICO 52	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2020.....	56
GRÁFICO 53	EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR REDE (PÚBLICA OU PRIVADA) – BRASIL – 2016-2020.....	57
GRÁFICO 54	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020.....	58
GRÁFICO 55	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2020	59

GRÁFICO 56	RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2020	60
GRÁFICO 57	NÚMERO DE DIRETORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO O SEXO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020	61
GRÁFICO 58	PERCENTUAL DE DIRETORES, SEGUNDO O TIPO DE VÍNCULO/REGIME DE CONTRATAÇÃO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – REDE PÚBLICA – BRASIL – 2020	61
GRÁFICO 59	PERCENTUAL DE DIRETORES, POR FORMA DE ACESSO AO CARGO, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2020.....	62



LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	PERCENTUAL DE NÃO APROVADOS (2019) E TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE (2020), SEGUNDO ETAPA DE ENSINO, POR MUNICÍPIO – BRASIL.....	19
FIGURA 2	PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NOS ANOS FINAIS, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020	44
FIGURA 3	PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NO ENSINO MÉDIO, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020	47
FIGURA 4	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE PEQUENO PORTE (ATÉ 50 MATRÍCULAS), POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020	50
FIGURA 5	PERCENTUAL DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM INTERNET, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020	51
FIGURA 6	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, POR MUNICÍPIO, COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA – BRASIL – 2020.....	56
FIGURA 7	PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR MUNICÍPIO, COM INTERNET BANDA LARGA – BRASIL – 2020.....	58



SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	3
LISTA DE FIGURAS	8
APRESENTAÇÃO	11
INTRODUÇÃO	13
1 RESULTADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2020.....	15
1.1 Matrículas.....	15
1.1.1 Visão geral.....	15
1.1.2 Educação infantil	20
1.1.3 Ensino fundamental.....	22
1.1.4 Ensino médio.....	26
1.1.5 Educação de jovens e adultos	28
1.1.6 Educação profissional.....	31
1.1.7 Educação especial	34
1.2 Docentes	37
1.2.1 Visão geral	37
1.2.2 Educação infantil.....	38

1.2.3 Ensino fundamental.....	39
1.2.4 Ensino médio.....	44
1.2.5 Pós-graduação e formação continuada no Plano Nacional de Educação.....	47
1.3 Escolas.....	49
1.3.1 Visão geral.....	49
1.3.2 Educação infantil.....	52
1.3.3 Ensino fundamental.....	53
1.3.4 Ensino médio.....	57
1.3.5 Dependência administrativa.....	57
1.4 Gestores.....	60
1.4.1 Visão geral.....	60
REFERÊNCIAS.....	63
GLOSSÁRIO.....	65



APRESENTAÇÃO

A Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tem a satisfação de disponibilizar para a sociedade o Censo da educação básica 2020: resumo técnico. Esta publicação compõe o conjunto de instrumentos de divulgação dos resultados da pesquisa e, assim como os demais instrumentos, foi elaborado para cumprir a finalidade institucional de disseminar as estatísticas, os indicadores e os resultados das avaliações, dos estudos, da documentação e dos demais produtos de seus sistemas de informação (Brasil, 2007).

A elaboração deste resumo considerou os princípios da imparcialidade, da objetividade, da acessibilidade e da transparência, constantes nos princípios fundamentais das estatísticas oficiais, adotados pela Assembleia Geral das Nações Unidas (UN, 2014) e incorporados como princípios fundamentais e de boas práticas, orientadores da produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep (Brasil. Inep, 2017). Efetivam-se também os princípios constitucionais da administração pública, da impessoalidade, da publicidade e da eficiência (Brasil, 1988).

Ressalta-se que em 2020 houve uma mudança importante no Censo Escolar, que foi a alteração da data de referência para os dados informados. Essa mudança se deu por conta da pandemia do novo coronavírus e da consequente suspensão das atividades presenciais na maior parte das escolas. A data de referência da pesquisa, tradicionalmente indicada pela última quarta-feira do mês de maio, foi antecipada para o dia 11 de março de 2020 (conforme Portaria Inep nº 357/2020), que marca o momento imediatamente anterior à interrupção das aulas. Assim, as informações do Censo Escolar 2020 apresentadas aqui e nos demais instrumentos de divulgação retratam a situação das escolas no momento imediatamente anterior à pandemia. De tal modo, a leitura das informações do Censo Escolar 2020 deve sempre ser realizada com cuidado, não sendo possível ainda observar o impacto da pandemia da covid-19 nos dados educacionais coletados e, portanto, não é adequado interpretar eventuais alterações de estatísticas e indicadores como sendo causadas pela pandemia.

Conforme destacado no caderno de orientações do Censo Escolar 2020, para definição do cronograma da pesquisa, foi realizado um estudo sobre as datas de suspensão das aulas presenciais no Brasil e um levantamento sobre a dinâmica de declaração das matrículas durante o período de realização do Censo Escolar 2019. Sobre as datas de suspensão das aulas no Brasil, utilizou-se como fonte o conjunto de decretos publicados pelos 27 governadores de estado e pelos 26 prefeitos das capitais do País no mês de março de 2020. Observou-se que a primeira rede a decretar a suspensão foi a do Distrito Federal, em 12 de março de 2020, e que as últimas que suspenderam o fizeram no dia 23 de março. Diante desses dados, sobretudo para atender ao objetivo de informar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2021, foi definido como data extraordinária de referência do Censo Escolar 2020 o dia 11 de março de 2020.

Considerando esse novo e importante contexto, os destaques apresentados no resumo técnico deste ano tiveram algumas modificações, entendendo que aspectos relacionados ao currículo e à carga horária, planejados pelas escolas no início do ano, foram prejudicados pela pandemia. Como exemplo, foram removidos os destaques relativos ao percentual de matrículas em tempo integral, dada a dificuldade de cumprir o planejamento estabelecido pelas escolas no início de 2020. Por outro lado, no capítulo relativo às escolas, foi dado maior destaque à disponibilidade de recursos tecnológicos que podem ter contribuído para a produção de aulas remotas e de outros materiais utilizados pelos alunos ao longo do ano para o desenvolvimento do conteúdo programático.

Os dados exibem um panorama da educação básica no País, com estatísticas apresentadas em série histórica, possibilitando traçar algumas tendências da área. Este volume está organizado em seções que revelam o quantitativo e as características gerais das principais estatísticas (matrículas, docentes, gestores e escolas), distribuídas para as diferentes etapas da educação básica (educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais e finais –, ensino médio, educação profissional e educação de jovens e adultos – EJA).

Este resumo técnico foi pensado para ser um documento de referência geral e consulta rápida para gestores dos sistemas de ensino; técnicos dos órgãos de gestão da política educacional nos âmbitos federal, estadual e municipal; estudantes e acadêmicos de graduação e pós-graduação; pesquisadores e demais interessados. Contudo, por sua divulgação e organização sistemáticas, também tem o potencial de orientar análises mais detalhadas sobre temas específicos relacionados ao sistema educacional brasileiro, que poderão ser desenvolvidas com base nos demais produtos de divulgação, entre eles, as planilhas dos indicadores educacionais derivados da pesquisa, a Sinopse Estatística da Educação Básica e os microdados da pesquisa.

Cabe-nos, neste momento, agradecer de forma especial a todos que, direta ou indiretamente, participaram da pesquisa, pois realizar tarefa tão grande quanto às dimensões continentais do Brasil, tão desafiadora quanto à diversidade e às desigualdades que se expressam nesse mesmo território, em um momento conturbado e estressante como o que estamos vivendo durante a pandemia e em tão justo prazo, não seria possível sem a efetivação de um processo coordenado de participação e cooperação que firma e materializa o pacto federativo nacional, no qual os entes federados autônomos (União, estados e municípios), além das escolas (públicas e privadas), atuam de forma colaborativa para que o País conheça em números, por meio das estatísticas oficiais, o tamanho do esforço e da dedicação empreendidos para se garantir o direito à educação de qualidade para todos os brasileiros, bem como os desafios vivenciados cotidianamente neste trabalho.

Diretoria de Estatísticas Educacionais



INTRODUÇÃO

O Censo Escolar é um levantamento estatístico anual coordenado pelo Inep e realizado em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação e as escolas públicas e privadas de todo o País. A pesquisa proporciona a obtenção de estatísticas sobre as condições de oferta e atendimento do sistema educacional brasileiro, na educação básica, reunindo informações sobre todas as suas etapas e modalidades de ensino e compondo um quadro detalhado sobre os alunos, os profissionais escolares em sala de aula, os gestores, as turmas e as escolas. Os dados apurados pela pesquisa subsidiam a operacionalização de importantes políticas públicas, programas governamentais e ações setoriais nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

A declaração das informações escolares ao Censo Escolar é obrigatória para todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica no País e deve ser feita com base nos documentos administrativos das escolas e redes de ensino, tendo por parâmetro a situação observada na data de referência da pesquisa, que, conforme indicado na apresentação, foi definida como o dia 11 de março de 2020 (Portaria Inep nº 357/2020), marcando o momento imediatamente anterior à interrupção das aulas. A coleta de dados é realizada por meio do Educacenso, um sistema eletrônico que possibilita que os formulários da pesquisa sejam preenchidos diretamente por seus usuários (informantes), ou mediante processo de migração de dados de forma automática, a partir dos sistemas próprios de gestão das escolas e redes de ensino. Portanto, trata-se de um levantamento estatístico com base na coleta indireta de informações documentais por meio de um questionário eletrônico autopreenchido.

Anualmente, o Inep, no seu esforço de coordenação, desenvolve um conjunto de atividades de preparação da pesquisa, treinamento dos diferentes atores participantes da operação estatística, desenvolvimento de ferramentas e material de referência, verificação e tratamento de dados e divulgação dos resultados para que os prazos estabelecidos na legislação em vigor e os requisitos dos processos de qualidade sejam cumpridos.

A partir da data de referência, os diferentes atores nas secretarias de educação municipais e estaduais e os informantes nas escolas se mobilizam para prestarem as informações requeridas, com atenção às ações solicitadas nas diferentes fases da pesquisa. Durante a coleta, os dados são acompanhados pela equipe técnica do Inep e passam por processos de consistência e validação.

Ao final do período oficial de coleta, consolidam-se as informações preliminares, as quais passam, ainda, por etapas de verificação, validação e retificação pelos informantes e gestores das escolas e redes de ensino. Por fim, os dados são tratados pela equipe do Inep e sistematizados para a publicação oficial dos resultados e a comunicação com os diferentes perfis de usuários da informação estatística, ainda dentro do mesmo ano de referência da pesquisa.

Em 2020, contamos com a colaboração ativa das equipes coordenadoras do Censo nas 27 secretarias estaduais de educação no gerenciamento do processo nos respectivos territórios. Cerca de 163 mil usuários acessaram o sistema eletrônico de coleta. Participaram do levantamento mais de 224 mil estabelecimentos de ensino de educação básica, entre os quais 179,5 mil eram escolas ativas, que informaram mais de 47,3 milhões de matrículas de escolarização, distribuídas em cerca de 2,1 milhões de turmas e 2,2 milhões de docentes em sala de aula.

Os resultados do levantamento estatístico censitário das escolas de educação básica de 2020 são apresentados neste documento em forma de sumário executivo nacional, consolidando a entrega à sociedade dos produtos de divulgação dos resultados desta edição da pesquisa. Sem a pretensão de exaurir as possibilidades de análise, esperamos que a leitura deste documento desvele linhas de investigação que poderão ser trilhadas a partir de outros produtos mais amplos, os quais possibilitam análises pormenorizadas e em trajetória sobre características mais específicas do sistema de ensino, considerando diferentes níveis e agregações territoriais, até o nível da escola.



1 RESULTADOS DO CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2020

Os dados desta publicação estão divididos em matrículas, docentes, escolas e gestores. Em todas as subseções, são apresentadas informações referentes às diferenças entre as redes de ensino, às escolas urbanas e rurais, além daquelas relativas a alunos incluídos, formação dos docentes e outros indicadores educacionais.

1.1 MATRÍCULAS

Nesta subseção, são destacadas as informações de matrículas da educação básica. Apresenta-se, primeiramente, uma visão geral das matrículas no Brasil com dados de 2016 a 2020 e, em seguida, agregações por etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos, educação profissional e educação especial.

1.1.1 VISÃO GERAL

HISTÓRICO

No ano de 2020, foram registradas 47,3 milhões de matrículas nas 179,5 mil escolas de educação básica no Brasil, cerca de 579 mil matrículas a menos em comparação com o ano de 2019, o que corresponde a uma redução de 1,2% no total (Gráfico 1).

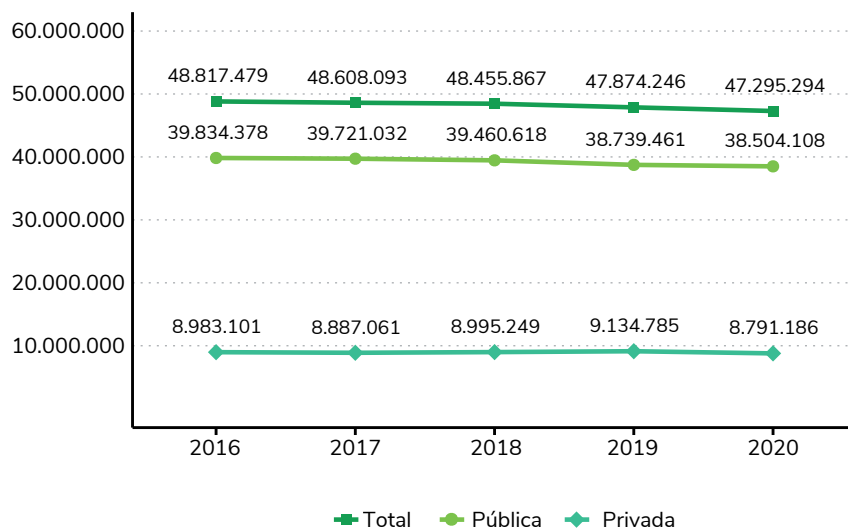


GRÁFICO 1

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Ao avaliar a distribuição das matrículas por dependência administrativa, percebe-se uma maior dominância da rede municipal, que detém 48,4% das matrículas na educação básica, 0,3 ponto percentual (p.p.) a mais do que em 2019. A rede estadual, responsável por 32,1% das matrículas da educação básica em 2020, é a segunda maior. A rede privada obtém 18,6%, e a federal tem uma participação inferior a 1% do total de matrículas (Gráfico 2).

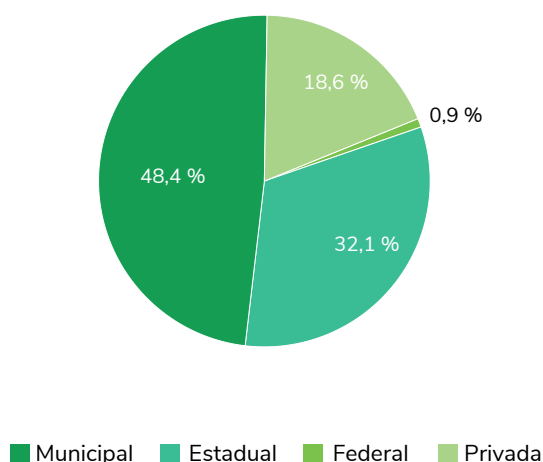


GRÁFICO 2

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

As matrículas da educação básica são encontradas majoritariamente na área urbana (89,1%). Na rede privada, 99% das matrículas estão em escolas urbanas. Em relação à rede pública, a rede municipal é a que apresenta a maior proporção de matrículas em escolas rurais (18,5%), seguida da rede federal, com 12,6% (Gráfico 3).

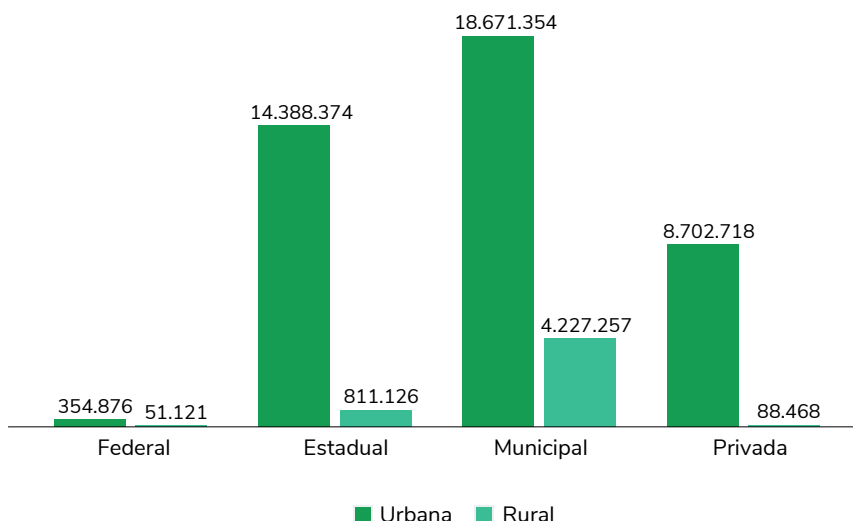


GRÁFICO 3

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Quando avaliado o percentual de matrículas com distorção idade-série¹ em classes comuns (não exclusivas de alunos com deficiência), nota-se uma elevação a partir do 3º ano do ensino fundamental, que se acentua também no 7º ano do ensino fundamental e na 1ª série do ensino médio. A taxa de distorção idade-série alcança 22,7% das matrículas dos anos finais do ensino fundamental e 26,2% das matrículas do ensino médio. Além disso, a proporção de alunos do sexo masculino com defasagem de idade em relação à etapa que cursam é maior do que a do sexo feminino em todas as etapas de ensino. A maior diferença entre os sexos é observada no 6º ano do ensino fundamental, em que a taxa de distorção idade-série é de 28,2% para o sexo masculino e de 16,8% para o sexo feminino (Gráfico 4).

¹ São descritos em situação de distorção idade-série todos os alunos que possuem idade superior à recomendada para a série frequentada – a idade de 6 anos é considerada como idade ideal/recomendada para ingresso no 1º ano do ensino fundamental.

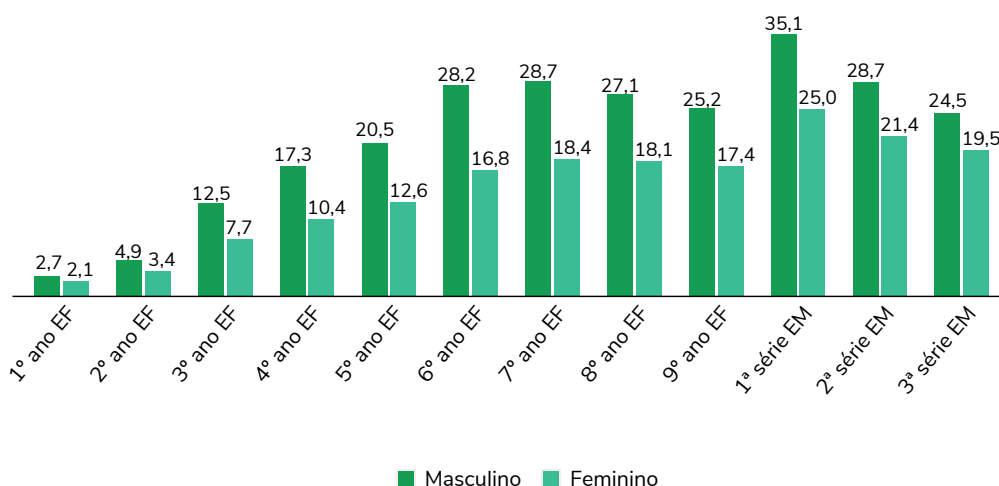


GRÁFICO 4

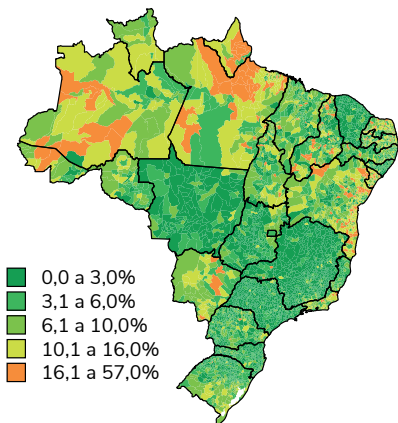
TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE, POR ETAPAS DOS ENSINOS FUNDAMENTAL E MÉDIO, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

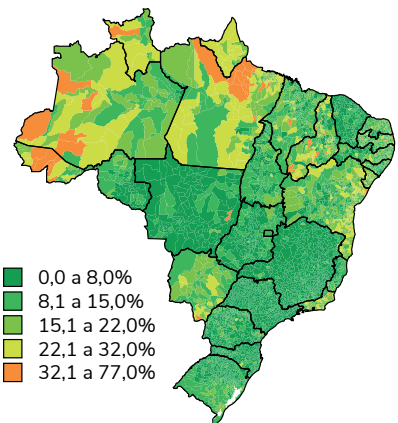
O percentual de alunos não aprovados, ou seja, a proporção de alunos que reprovaram ou abandonaram em um dado ano letivo, impacta diretamente no atraso escolar, mensurado aqui pela taxa de distorção idade-série e, obviamente, no tempo que os alunos permanecem na educação básica. A Figura 1 apresenta, à esquerda, a distribuição territorial da proporção de não aprovados no ano letivo de 2019 em três mapas com dados dos anos iniciais do ensino fundamental, anos finais e ensino médio – na legenda, as categorias das proporções são as mesmas para facilitar a comparação entre etapas de ensino. À direita da Figura 1, observam-se os dados da taxa de distorção idade-série do Censo Escolar 2020 para as mesmas três etapas de ensino – as categorias dos três mapas de distorção idade-série também são fixas. A figura permite verificar visualmente a forte correlação entre a proporção de não aprovados e as taxas de distorção idade-série quando se avalia uma mesma etapa de ensino (pares de mapas lado a lado), com alta coincidência de resultados positivos (indicados em verde escuro) e negativos (indicados em laranja) nos dois indicadores.

Ainda em relação à Figura 1, verifica-se que a tendência geral dos dois indicadores é de piora com o avanço das etapas e, apesar desse processo de piora acumulada ser mais nítido no indicador de distorção idade-série, ela também é visível nos percentuais de não aprovados. Isso demonstra que o atraso escolar é um processo que dificilmente é revertido, ou seja, alunos que atrasam seus estudos já nos anos iniciais do ensino fundamental, por conta da reprovação ou do abandono, usualmente permanecem nessa situação até a conclusão do ensino médio (ou, eventualmente, até uma evasão). Considerando apenas os resultados da distorção idade-série – que são interessantes por captarem, de alguma forma, não só a não aprovação de 2019 como também a de anos anteriores –, destacam-se, pela consistência de resultados positivos, os estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e Ceará, que aparecem nas cinco primeiras posições para as três etapas de ensino. Mato Grosso, no entanto, apresenta um comportamento incomum e também aparece como um destaque negativo, com maior percentual de não aprovados no ensino médio entre os estados.

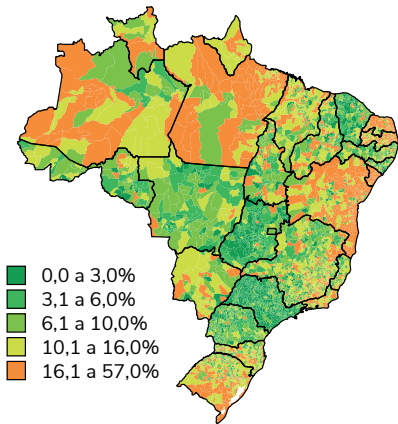
Percentual de não aprovados - anos iniciais - 2019



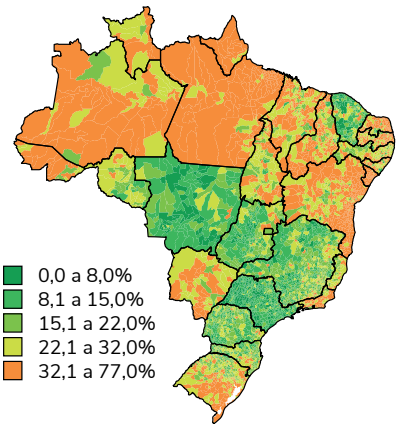
Distorção idade-série - anos iniciais - 2020



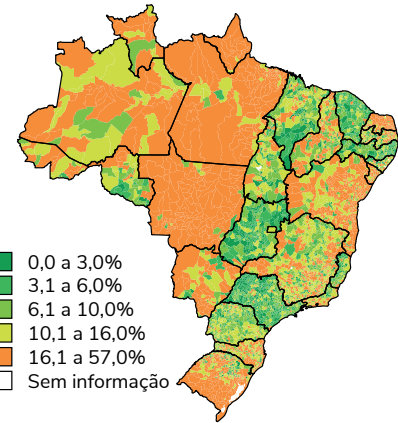
Percentual de não aprovados - anos finais - 2019



Distorção idade-série - anos finais - 2020



Percentual de não aprovados - ensino médio - 2019



Distorção idade-série - ensino médio - 2020

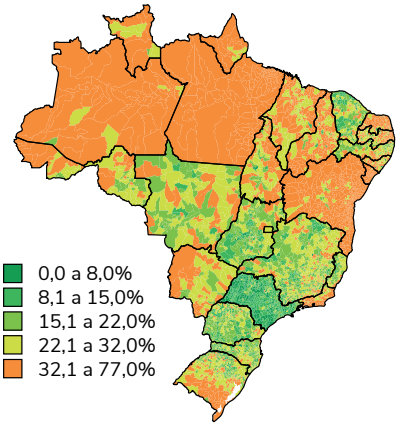


FIGURA 1

PERCENTUAL DE NÃO APROVADOS (2019) E TAXA DE DISTRORÇÃO IDADE-SÉRIE (2020), SEGUNDO ETAPA DE ENSINO, POR MUNICÍPIO – BRASIL

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

COR/RAÇA

Percebe-se que as maiores proporções de alunos de cor/raça branca são identificadas na creche (53,2%) e na educação profissional concomitante ou subsequente (49,6%), representando mais da metade dos alunos dessas etapas. Por outro lado, pretos e pardos são maioria nas demais etapas de ensino, em especial na EJA, em que representam 72,0% dos alunos. A ausência da informação de cor/raça em nível nacional é de 27,4%, considerando todas as etapas da educação básica (Gráfico 5).

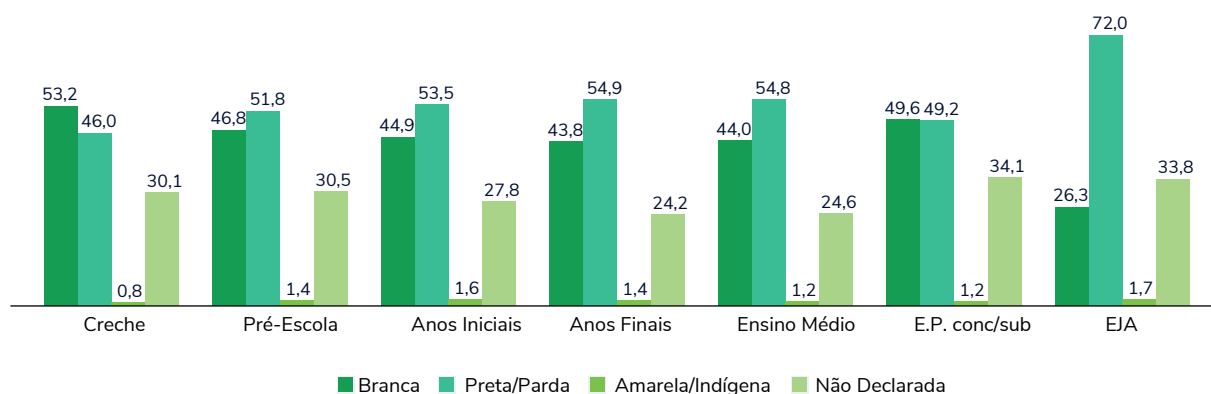


GRÁFICO 5

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS, POR COR/RAÇA, SEGUNDO ETAPAS DE ENSINO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

HISTÓRICO

Verifica-se no Gráfico 6 que, apesar do crescimento das matrículas na educação infantil nos últimos anos (cresceu 8,4% de 2016 a 2019), observa-se uma queda de 1,6% de 2019 para 2020. A queda no número de matrículas na educação infantil ocorreu principalmente devido à rede privada, que teve redução de 7,1% no último ano (quedas de 6,9% na creche e de 7,2% na pré-escola), enquanto a rede pública apresentou crescimento de 0,5% (queda de 0,5% na creche compensada pelo crescimento de 1,2% na pré-escola).

As redes municipal e privada apresentam a maior participação na educação infantil, com 72,9% e 26,4% das matrículas, respectivamente. Das matrículas da rede privada, 32,8% estão em instituições particulares, comunitárias, confessionais e filantrópicas conveniadas com o poder público. De 2016 a 2020, a participação das redes permaneceu praticamente estável (Gráfico 7).

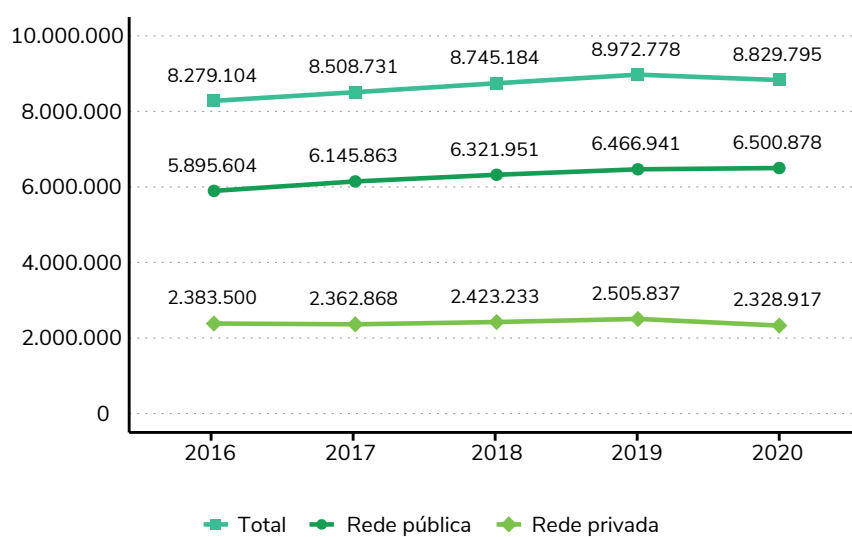


GRÁFICO 6

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

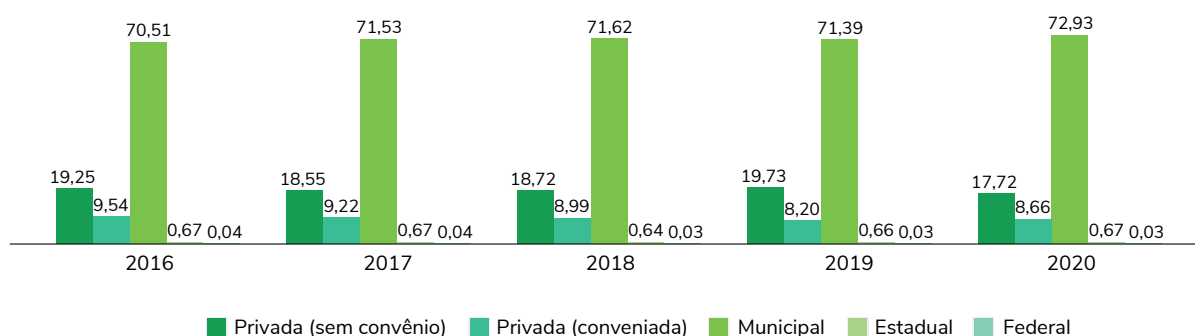


GRÁFICO 7

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA CONVENIADA/NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Em relação à localização, observa-se que 10,5% das matrículas da educação infantil estão em escolas da zona rural. Percebe-se também que 96,8% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. Enquanto as matrículas de pré-escola na zona rural representam 13,1%, esse valor alcança apenas 6,8% das matrículas de creche (Gráfico 8).

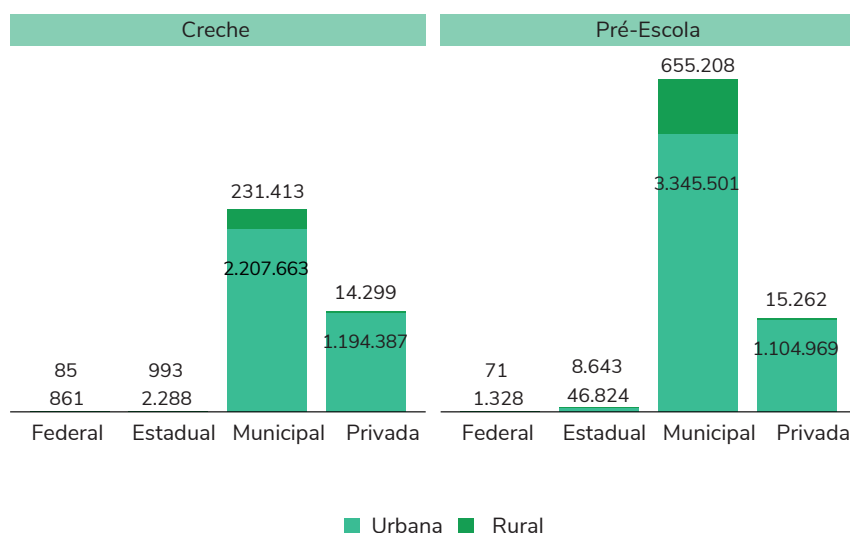


GRÁFICO 8

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA CRECHE E NA PRÉ-ESCOLA, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA - BRASIL - 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.3 ENSINO FUNDAMENTAL

HISTÓRICO

Em 2020, foram registrados 26,7 milhões de matrículas no ensino fundamental. Esse valor é 3,5% menor do que o registrado para 2016. A queda no número de matrículas foi ligeiramente maior nos anos iniciais (4,2%) em relação ao observado nos anos finais (2,6%) do ensino fundamental (Gráfico 9).

Nos anos iniciais do ensino fundamental, a rede municipal apresenta a maior participação, com 68,1% das matrículas, seguida pelas redes privada (composta por 18,3% da não conveniada e 0,7% da conveniada) e estadual (12,8%). O percentual de matrículas da rede municipal se manteve relativamente estável entre 2016 e 2020. Enquanto isso, observou-se uma redução de 1,1 p.p. nas matrículas da rede estadual. Na rede privada, houve uma redução de 1,3 p.p. nas matrículas das escolas privadas conveniadas. Por outro lado, a participação das matrículas nas escolas privadas não conveniadas aumentou 2,1 p.p. (Gráfico 10).

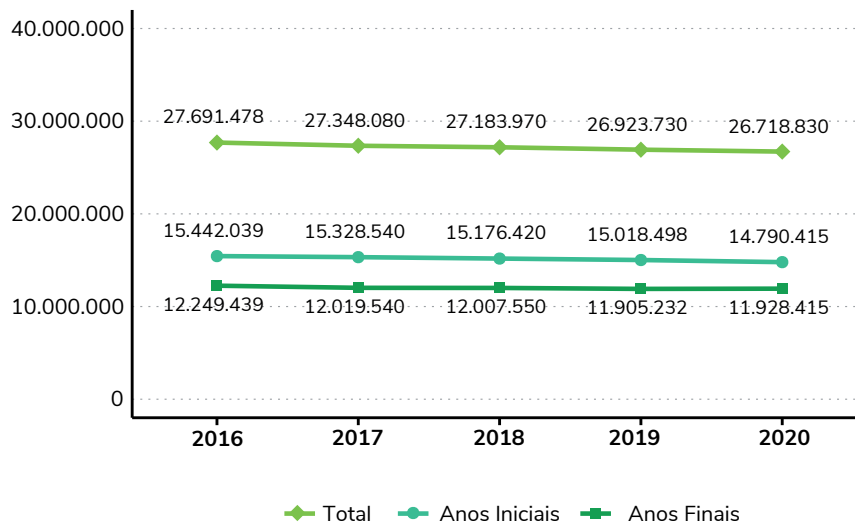


GRÁFICO 9

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

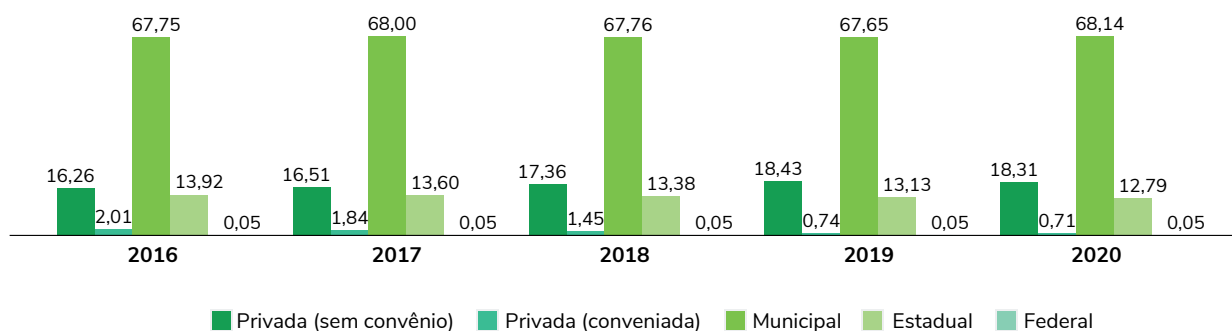


GRÁFICO 10

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS INICIAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA CONVENIADA/NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, a rede municipal elevou sua participação, representando 43,0% das matrículas, seguida pelas redes estadual (41,4%) e privada (15,4%). O percentual de matrículas da rede municipal aumentou 1,1 p.p. entre 2016 e 2020. Enquanto isso, observou-se uma redução de 1,7 p.p. no número de matrículas da rede estadual, que historicamente já foi superior ao da rede municipal. Na rede privada, houve uma redução de 1,1 p.p. no percentual de matrículas das escolas conveniadas com a rede pública e um crescimento de 1,6 p.p. das não conveniadas no mesmo período (Gráfico 11).

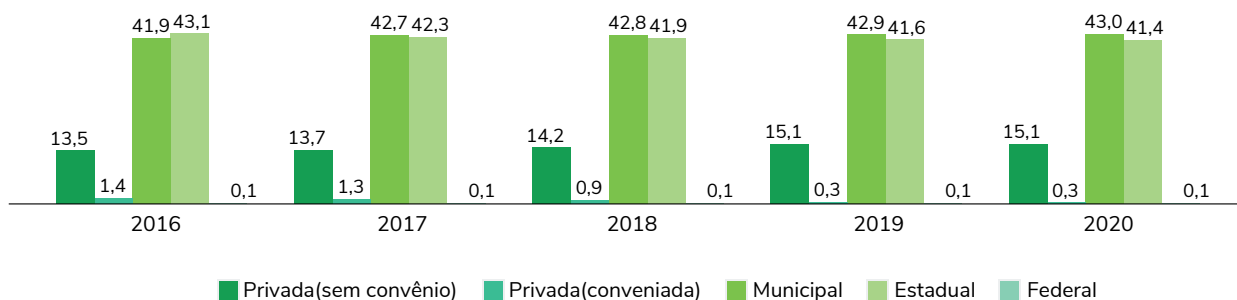


GRÁFICO 11

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NOS ANOS FINAIS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA CONVENIADA/NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Ao avaliar como o número de matrículas do ensino fundamental está distribuído em relação à localização, observa-se que 87% estão situadas em escolas urbanas. Além disso, 98,8% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. Proporcionalmente, existe um maior número de matrículas na zona rural nos anos iniciais (14,2%) do que nos anos finais (11,4%), conforme pode ser observado no Gráfico 12.

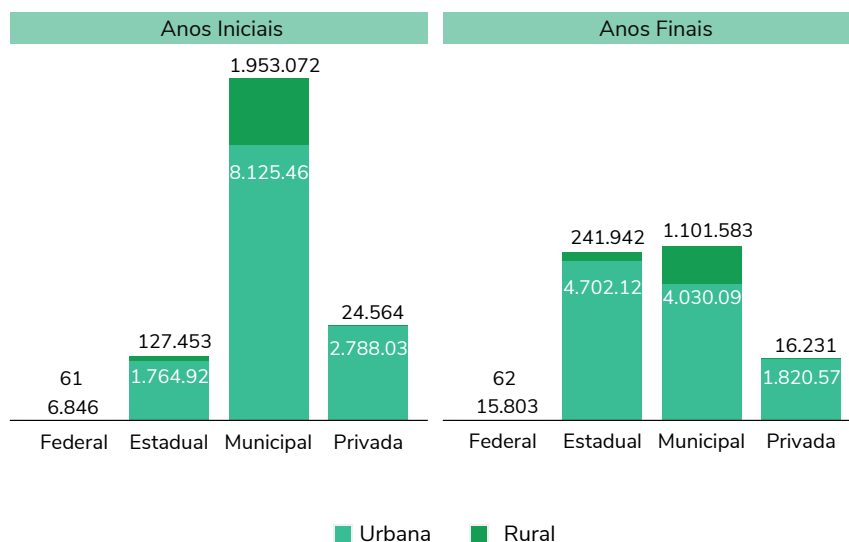


GRÁFICO 12

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

A taxa de distorção idade-série do ensino fundamental da rede pública apresenta tendência de queda: passou de 18,7%, em 2019, para 17,8%, em 2020. No ensino fundamental, as maiores taxas de distorção da rede pública são encontradas para o 6º, o 7º e o 8º ano, com 26,1%, 26,9% e 25,6%, respectivamente. Na rede pública, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção idade-série maiores para todos os anos do ensino fundamental em relação às alunas. A maior discrepância na taxa de distorção é observada no 6º ano, que apresenta uma diferença de 12,5 p.p. (Gráfico 13).

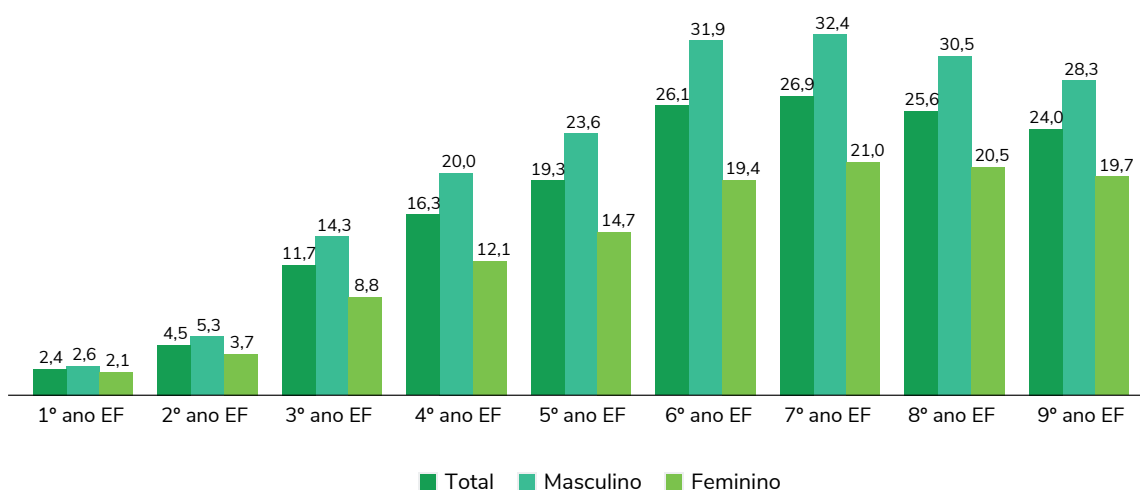


GRÁFICO 13

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PÚBLICA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

A taxa de distorção idade-série do ensino fundamental da rede privada é inferior e menos variável do que a da rede pública. Diferentemente desta, as maiores taxas de distorção são encontradas para o 7º, o 8º e o 9º ano, com 5,8%, 6,2% e 6,4%, respectivamente. Da mesma forma, os alunos do sexo masculino matriculados na rede privada apresentam maiores taxas de distorção idade-série para todos os anos do ensino fundamental em comparação com as alunas. A maior discrepância é observada no 8º e no 9º ano, que apresentam uma diferença de 3,4 p.p. (Gráfico 14).

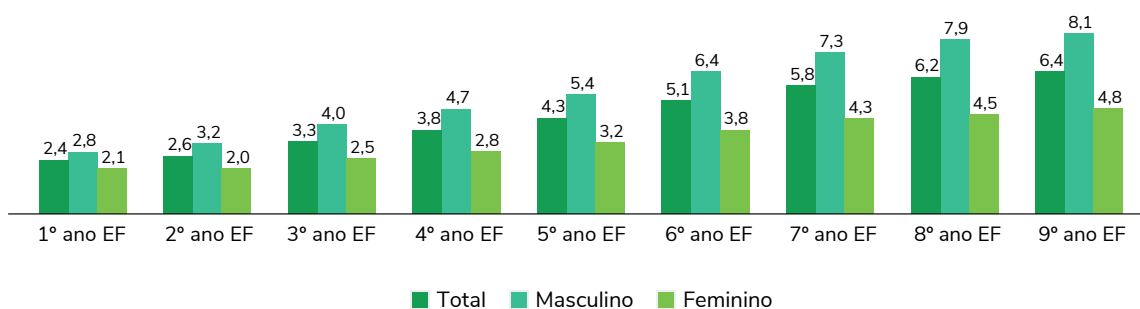


GRÁFICO 14

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA REDE PRIVADA, POR SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO O SEXO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.4 ENSINO MÉDIO

HISTÓRICO

Em 2020, foram registrados 7,6 milhões de matrículas no ensino médio. O total de matrículas apresentou uma leve elevação (1,1% no último ano), interrompendo a tendência de queda observada nos últimos anos (queda de 8,2% de 2016 a 2019). A matrícula integrada à educação profissional cresceu 29,5% nos últimos cinco anos, passando de 531.843, em 2016, para 688.689, em 2020 (Gráfico 15).

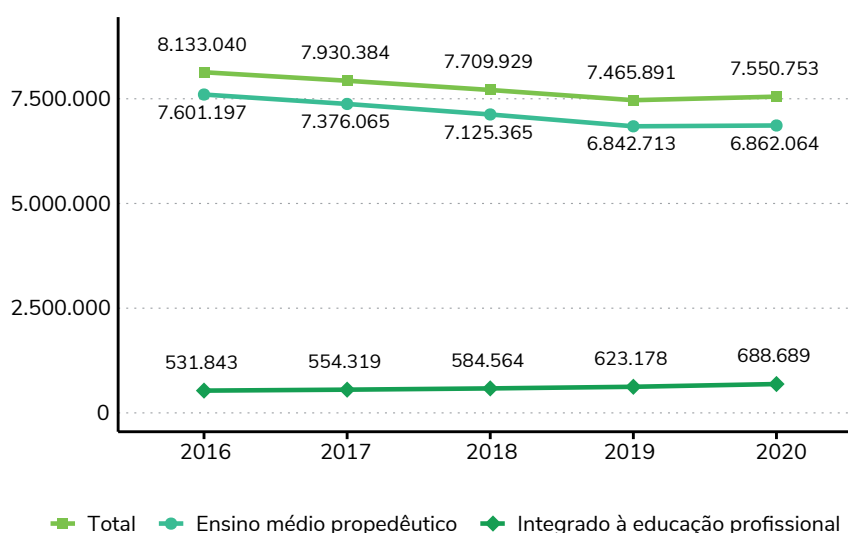


GRÁFICO 15

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO (TOTAL, INTEGRADO E NÃO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL) – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

A rede estadual possui a maior participação na matrícula do ensino médio, com 84,1%, seguida pela rede privada (12,3%). Apesar de ser a etapa de maior expressão da rede federal, sua participação é de apenas 3,1% das matrículas. Os percentuais de matrículas da rede estadual e da rede privada se mantiveram relativamente estáveis entre 2016 e 2020. Enquanto isso, observou-se um aumento de 1,0 p.p. na participação das matrículas da rede federal (Gráfico 16).

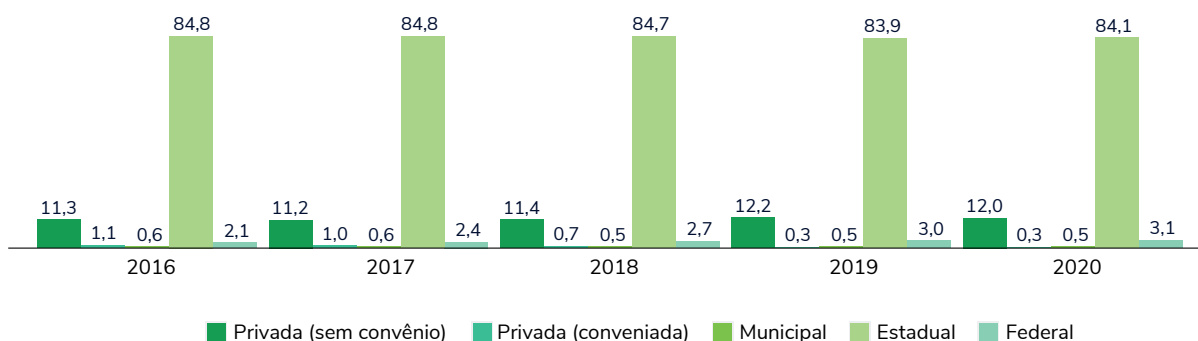


GRÁFICO 16

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA (REDE PRIVADA CONVENIADA/NÃO CONVENIADA COM A REDE PÚBLICA) – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

A maioria das matrículas do ensino médio (94,8%) está localizada em escolas urbanas. Além disso, 96,2% das matrículas da zona rural são atendidas pela rede pública. A rede federal é a que apresenta, proporcionalmente, o maior número de matrículas localizadas na zona rural, conforme o Gráfico 17.

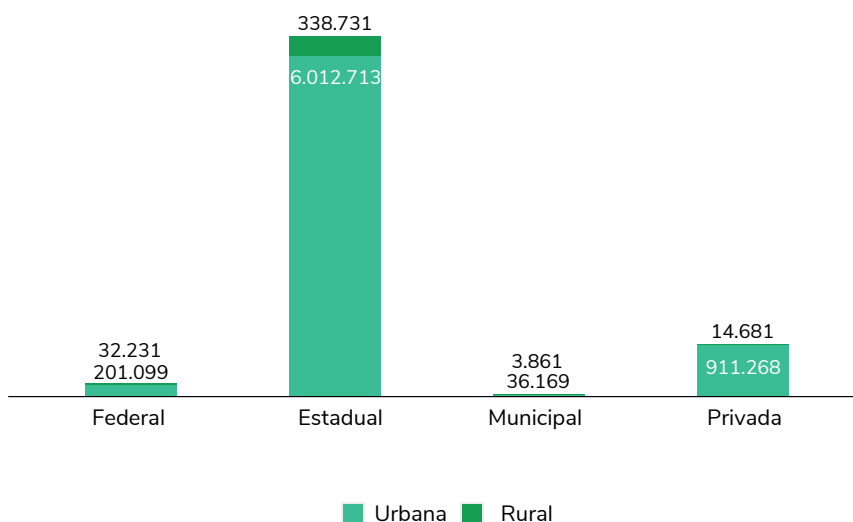


GRÁFICO 17

NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

Em 2020, a taxa de distorção idade-série do ensino médio foi de 26,2%, valor idêntico ao observado em 2019. As taxas de distorção do ensino médio são mais elevadas na rede pública do que na privada. Nas redes pública e privada, considerando as três primeiras séries dessa etapa de ensino, as maiores distorções são observadas para a 1ª série, com taxas de 32,9% e 7,8%, respectivamente. Para ambas as redes, os alunos do sexo masculino apresentam taxas de distorção idade-série maiores para todas as séries do ensino médio. A maior discrepância nessa taxa, entre masculino e feminino, pode ser observada na 1ª série da rede pública, que apresenta uma diferença de 10,7 p.p. (Gráfico 18).

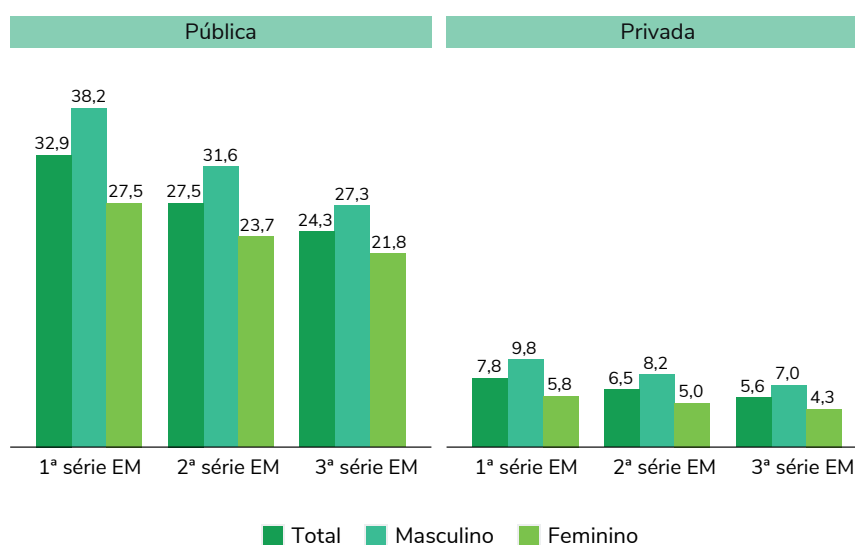


GRÁFICO 18

TAXA DE DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE DO ENSINO MÉDIO, POR REDE DE ENSINO, SEGUNDO O SEXO
- BRASIL - 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

HISTÓRICO

O número de matrículas da EJA diminuiu 8,3%, chegando a 3 milhões em 2020. Essa queda no último ano ocorreu de forma similar nas matrículas da EJA de nível fundamental e de nível médio, que apresentaram redução de 9,7% e 6,2%, respectivamente (Gráfico 19).

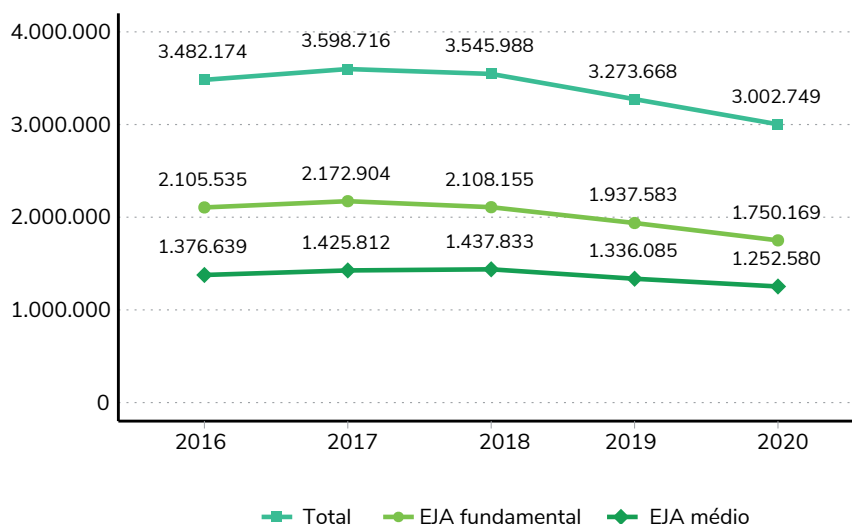


GRÁFICO 19

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

Na educação de jovens e adultos de nível fundamental, 66,8% das matrículas estão na rede municipal, seguidas pela rede estadual e pela rede privada, que apresentam 28,8% e 4,4%, respectivamente. Na EJA de nível médio, a rede estadual é responsável por 88,9% das matrículas, seguida da rede privada e da rede municipal, com 8,0% e 2,0%, respectivamente. A EJA de nível fundamental concentra, proporcionalmente, o maior número de matrículas na zona rural (18,3%), conforme o Gráfico 20

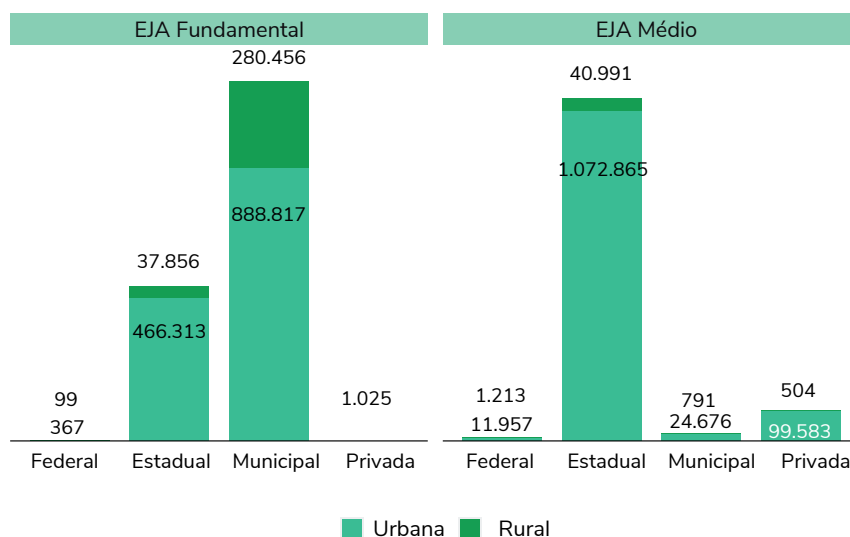


GRÁFICO 20

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

FAIXA ETÁRIA E SEXO

A EJA é composta, predominantemente, por alunos com menos de 30 anos, que representam 61,3% das matrículas. Nessa mesma faixa etária, os alunos do sexo masculino são maioria, representando 56,8%. Por outro lado, observa-se que as matrículas de estudantes acima de 30 anos são predominantemente compostas pelo sexo feminino, representando 59,0% (Gráfico 21).

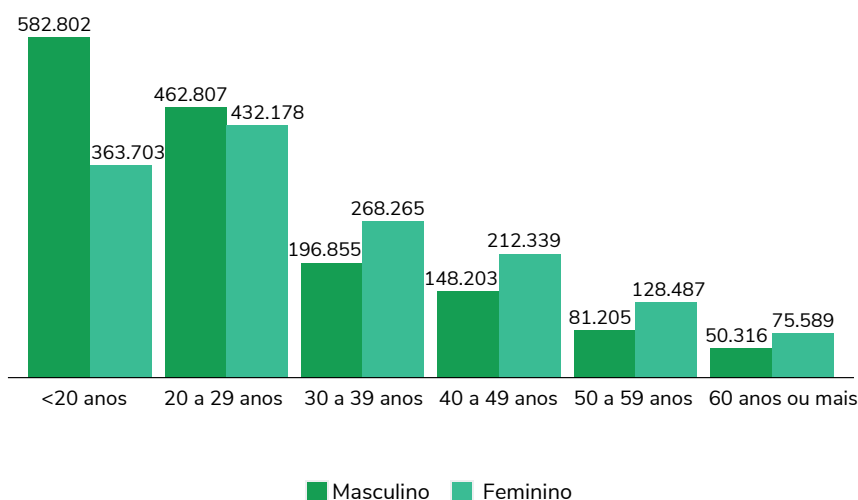


GRÁFICO 21

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

COR/RAÇA

Quanto à cor/raça, percebe-se que os alunos identificados como pretos/pardos são predominantes na educação de jovens e adultos do ensino fundamental e médio. Pretos e pardos representam 74,9% do EJA fundamental e 68,1% do EJA médio em relação à matrícula dos alunos com informação de cor/raça declarada. Os alunos declarados como brancos representam 23,0% do EJA fundamental e 30,7% do EJA médio (Gráfico 22).

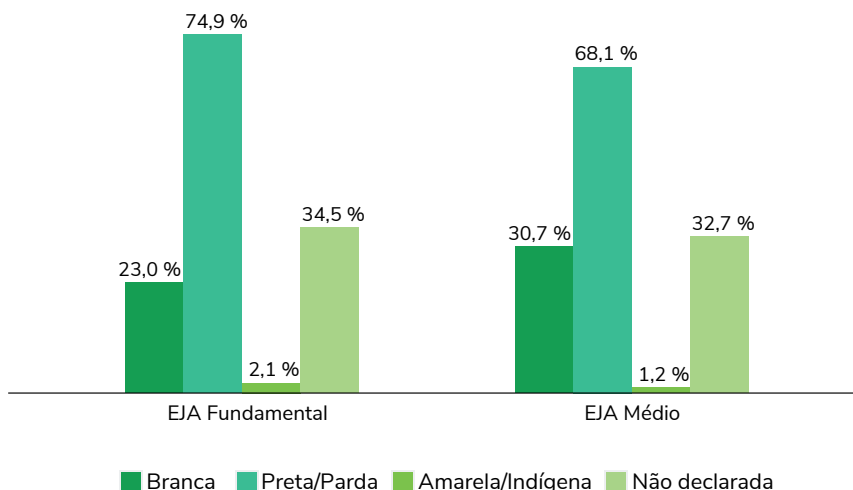


GRÁFICO 22

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL E DE NÍVEL MÉDIO, SEGUNDO COR/RAÇA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.6 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação profissional apresentou crescimento nos últimos três anos, com um aumento de 4,1% em relação a 2016, alcançando 1,9 milhão. Em relação ao último ano, o número de matrículas apresentou um aumento de 1,1%, influenciado pelo incremento de 65,5 mil matrículas (10,5%) na educação profissional integrada ao ensino médio. Todavia, esse incremento teve impacto reduzido devido à queda de 26,3 mil matrículas (2,7%) na formação técnica subsequente e de 15,9 mil matrículas (6,3%) na educação profissional concomitante ao ensino médio (Gráfico 23).

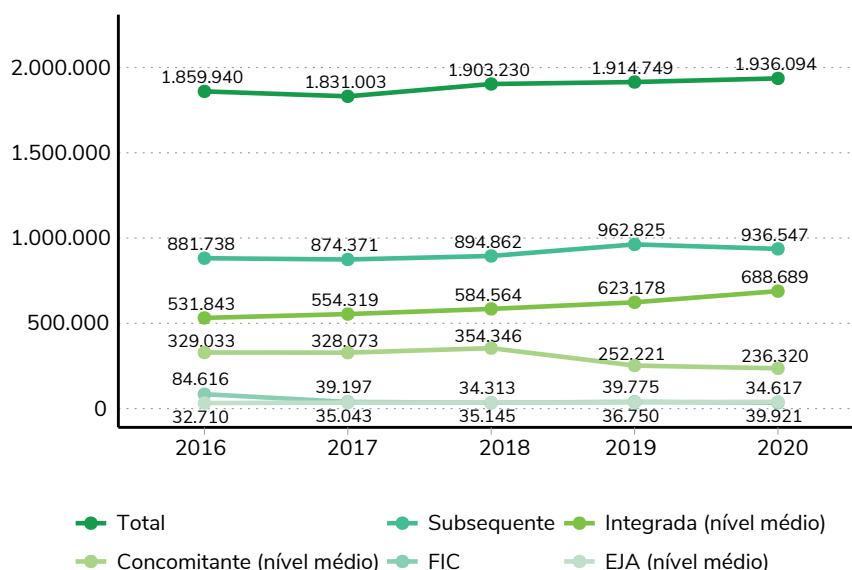


GRÁFICO 23

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA

As matrículas da educação profissional estão principalmente concentradas na rede estadual, representando 41,7% das matrículas, seguidas das redes privada e federal, com 38,0% e 18,6%, respectivamente. De todas as etapas de ensino, a educação profissional é a que apresenta o maior número de matrículas na rede federal, alcançando 360.623 em 2020. A mesma rede apresenta a maior proporção de matrículas da educação profissional na zona rural (14,0%), conforme o Gráfico 24.

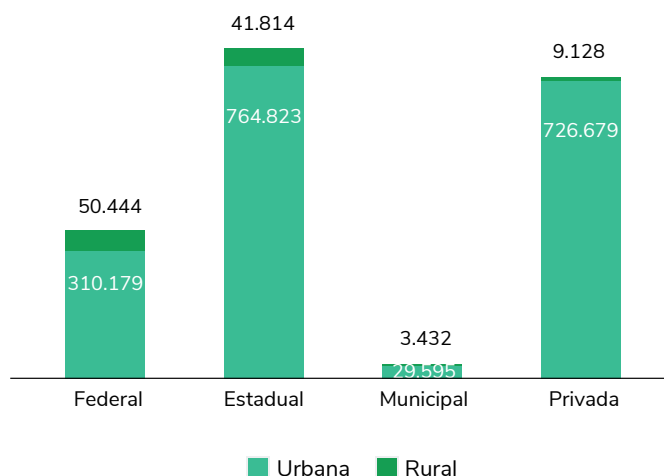


GRÁFICO 24

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E A LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

FAIXA ETÁRIA E SEXO

A educação profissional é composta predominantemente por alunos com menos de 30 anos, que representam 78,4% das matrículas. Com exceção dos alunos com mais de 60 anos, existe uma predominância de matrículas de mulheres na educação profissional em todas as demais faixas etárias. A maior diferença observada entre os sexos está na faixa de 40 a 49 anos, em que 61,6% das matrículas são de mulheres (Gráfico 25).

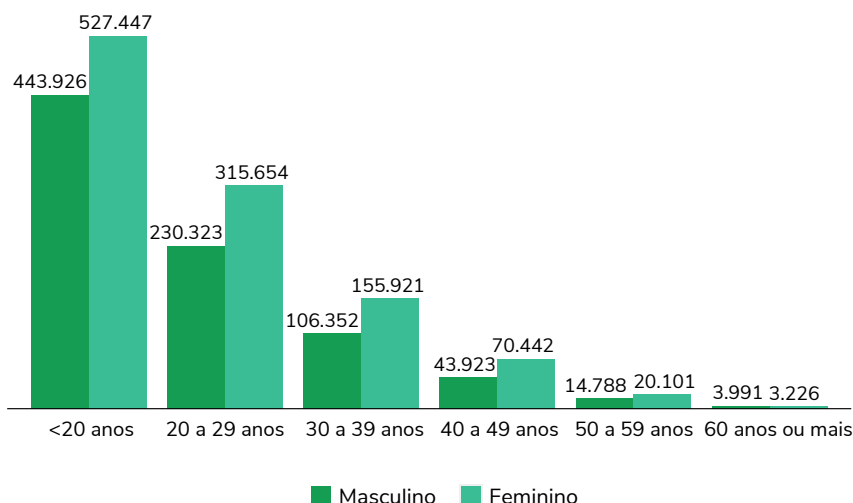


GRÁFICO 25

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

COR/RAÇA

Na educação profissional, de 1,4 milhão de matrículas com cor/raça declaradas, existe um relativo equilíbrio entre o número de matrículas de brancos e de pretos/pardos, representando, respectivamente, 47,4% e 51,5%. No entanto, quando investigadas as modalidades da educação profissional, percebe-se uma predominância de pretos/pardos na EJA profissional de nível médio (83,3%) e também nos cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou de qualificação profissional, em que eles representam 66,0% das matrículas. Os alunos declarados como amarelos/indígenas representam apenas 1,1% do total de matrículas (Gráfico 26).

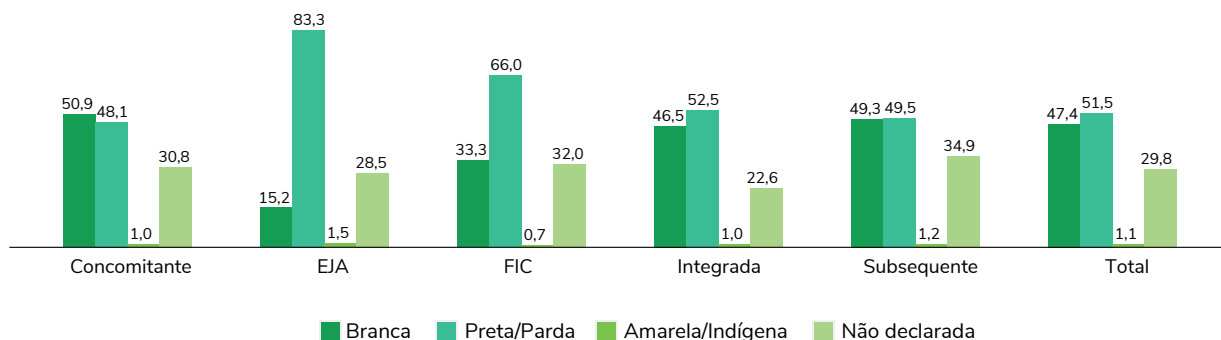


GRÁFICO 26

NÚMERO DE MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, SEGUNDO COR/RAÇA - BRASIL - 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.1.7 EDUCAÇÃO ESPECIAL

HISTÓRICO

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2020, um aumento de 34,7% em relação a 2016. O maior número delas está no ensino fundamental, que concentra 69,6% das matrículas da educação especial. Quando avaliado o aumento no número de matrículas entre 2016 e 2020, percebe-se que as de educação profissional concomitante/subsequente são as que mais cresceram, um acréscimo de 114,1% (Gráfico 27).

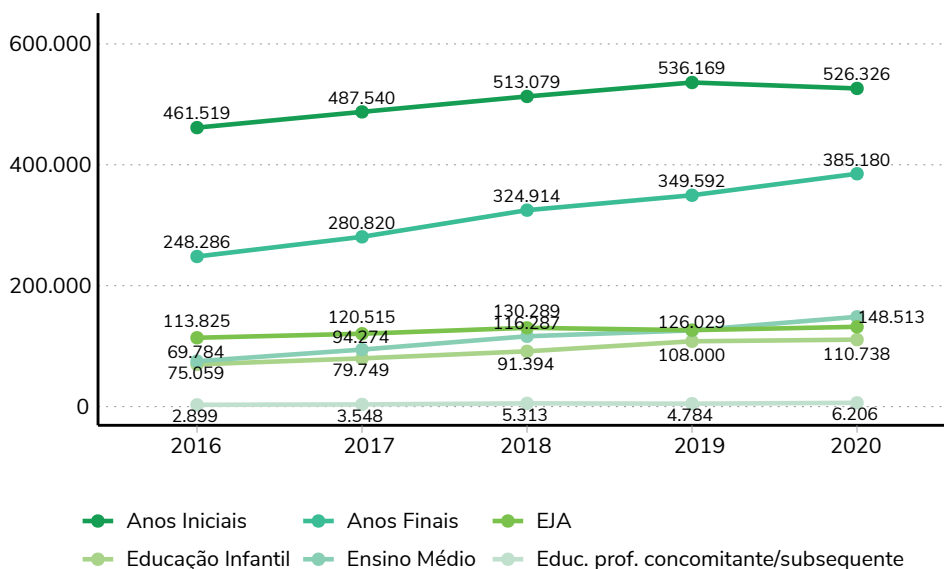


GRÁFICO 27

NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS OU ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO - BRASIL - 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

O percentual de alunos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades matriculados em classes comuns, apesar de alguma variação, tem aumentado gradualmente para todas as etapas de ensino. Com exceção da EJA, as demais etapas da educação básica apresentam mais de 90% de alunos incluídos em classes comuns em 2020. A maior proporção de alunos incluídos é observada no ensino médio, com inclusão de 99,3%. O maior aumento na proporção de alunos incluídos, entre 2016 e 2020, foi observado na educação infantil, um acréscimo de 8,8 p.p. (Gráfico 28).

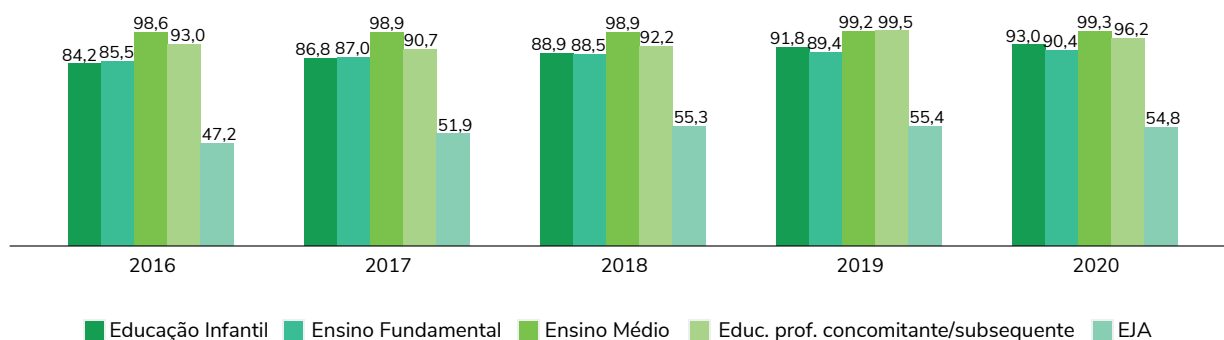


GRÁFICO 28

PERCENTUAL DE ALUNOS MATRICULADOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES QUE ESTÃO INCLUÍDOS EM CLASSES COMUNS, SEGUNDO A ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Destaca-se aqui o Plano Nacional de Educação (PNE), cuja Meta 4 se refere à educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Observando o Gráfico 29, verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classes comuns aumentou gradativamente ao longo dos anos. Em 2016, o percentual de alunos incluídos era de 89,5% e, em 2020, passou para 93,3%. Esse crescimento foi influenciado especialmente pelo aumento no percentual de alunos incluídos em classes comuns sem acesso às turmas de atendimento educacional especializado (AEE), que passou de 50,2% em 2016 para 55,8% em 2020.

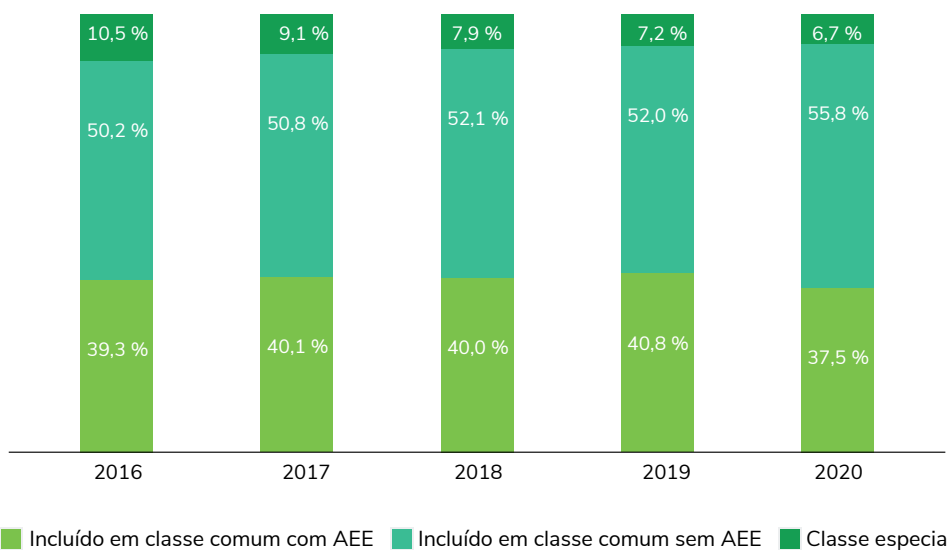


GRÁFICO 29

PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DE ALUNOS DE 4 A 17 ANOS DE IDADE COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO QUE FREQUENTAM CLASSES COMUNS (COM E SEM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO) OU CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA E INCLUSÃO

Quando se compara a oferta de educação inclusiva por dependência administrativa, observa-se que as redes estadual (97,2%) e municipal (96,2%) apresentam os maiores percentuais de alunos incluídos. No entanto, na rede privada, a realidade ainda é diferente: do total de 198.396 matrículas da educação especial, somente 81.101 (40,9%) estão em classes comuns.

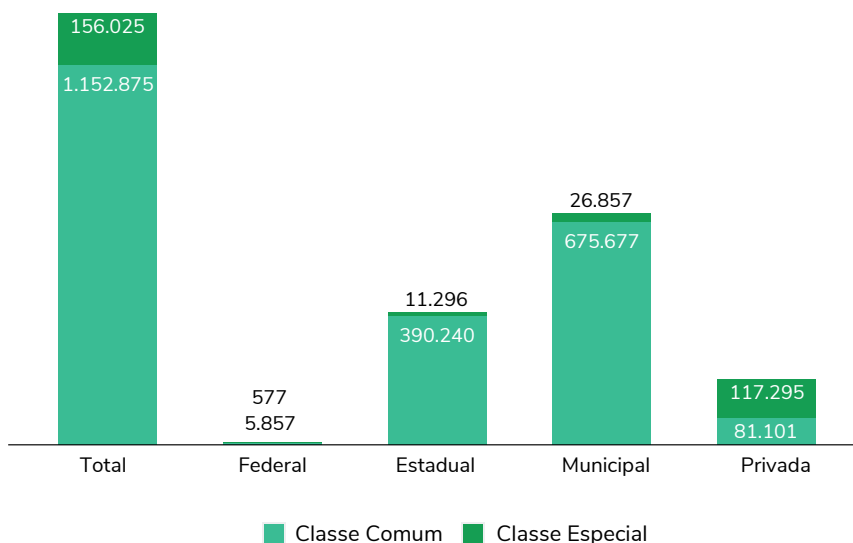


GRÁFICO 30

NÚMERO DE MATRÍCULAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO OU ALTAS HABILIDADES EM CLASSES COMUNS E EM CLASSES ESPECIAIS EXCLUSIVAS, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.2 DOCENTES

Nesta subseção, são apresentadas as informações sobre os docentes que lecionam na educação básica. Expõe-se primeiramente uma visão geral e histórica; em seguida, agregações por etapas de ensino: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Adicionalmente, há um destaque para o PNE, no que se refere à formação dos docentes da educação básica.

1.2.1 VISÃO GERAL

HISTÓRICO

Em 2020, foram registrados 2.189.005 docentes na educação básica brasileira. A maior parte deles atua no ensino fundamental (63%), em que se encontram 1.378.812. Historicamente, o número de docentes nos anos finais é superior ao observado nos anos iniciais. A diferença, que chegou a ser de 1,9% em 2016, atualmente é de apenas 0,7%. De 2016 a 2020, o número de docentes que atuam na educação infantil cresceu 9,7% e o daqueles que atuam no ensino médio reduziu 2,7% (Gráfico 31).

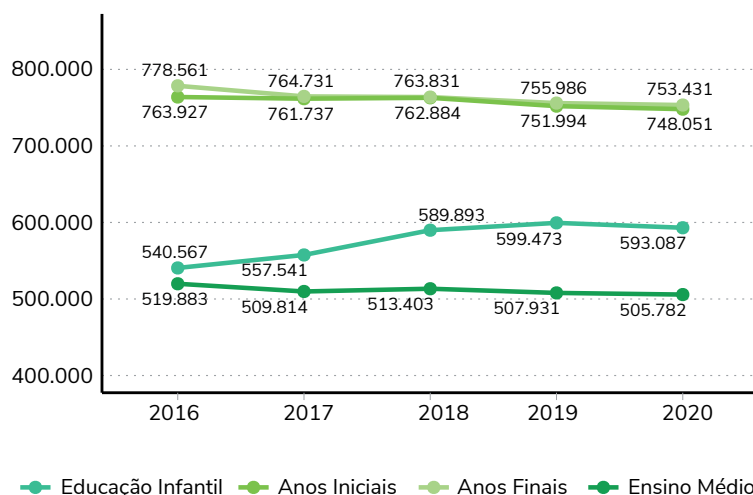


GRÁFICO 31

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES, POR ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Na educação infantil brasileira, atuam 593 mil docentes. São 96,4% do sexo feminino e 3,6% do sexo masculino. A distribuição das idades se concentra nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos (Gráfico 32).

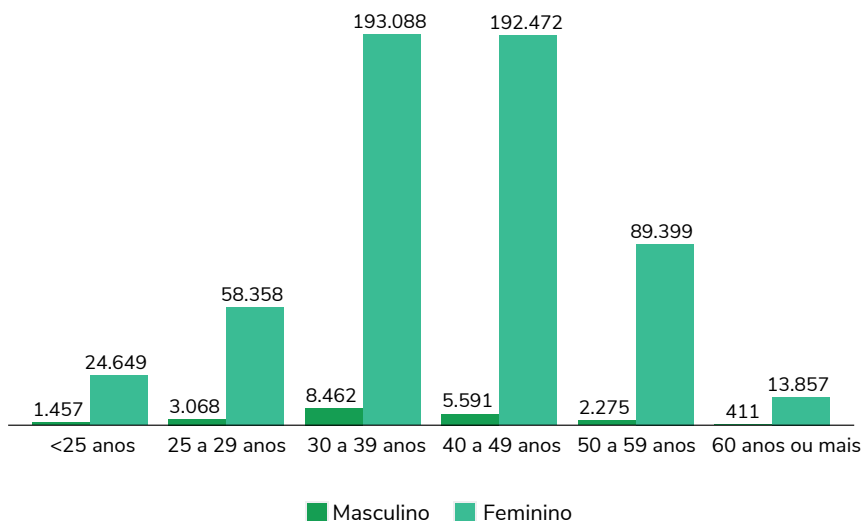


GRÁFICO 32

NÚMERO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade, 79,1% possuem nível superior completo (76,5% em grau acadêmico de licenciatura e 2,6% em bacharelado) e 14,3% têm curso de ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 6,6% com nível médio ou inferior. Desde 2016, observa-se um crescimento gradual no percentual de docentes com nível superior completo atuando na educação infantil, de 64,1%, em 2016, para 76,5%, em 2020 (Gráfico 33).

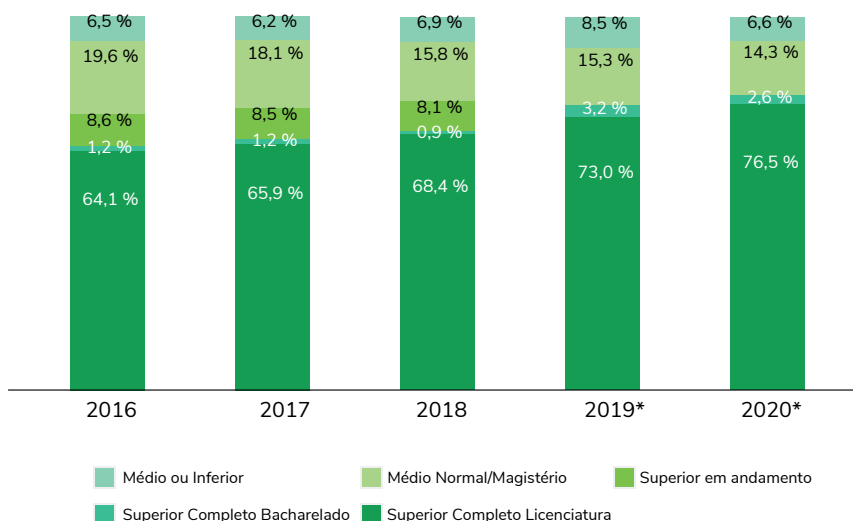


GRÁFICO 33

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES NA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nota: *Em 2019, o Censo Escolar parou de coletar cursos superiores em andamento. Ressalta-se que parte da elevação no percentual de docentes com superior concluído em 2019 e 2020 resulta do trabalho de atualização do cadastro de docentes promovido pelo Inep (adição de cursos concluídos em anos anteriores até então não declarados) como uma das ações da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar 2017.

1.2.3 ENSINO FUNDAMENTAL

No ensino fundamental, atuam 1.378.812 docentes. Nos anos iniciais, 88,1% são do sexo feminino e 11,9% do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 34).

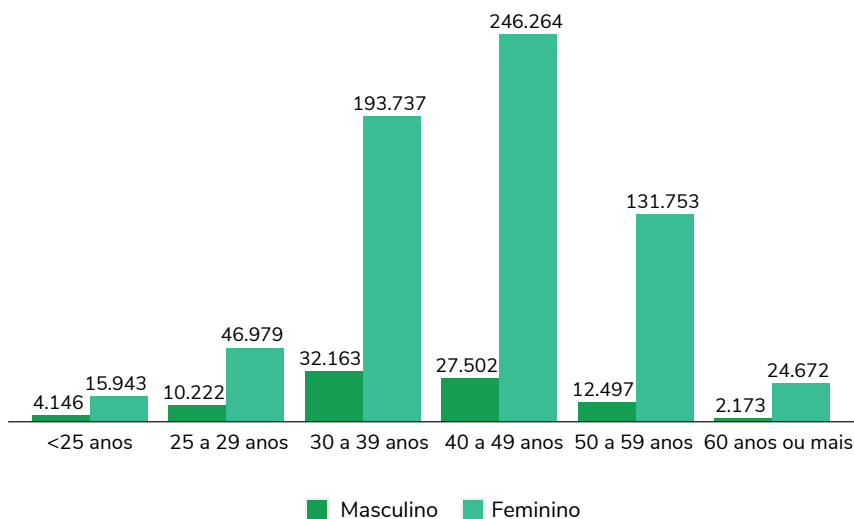


GRÁFICO 34

NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nos anos iniciais do ensino fundamental, atuam 748 mil docentes. Desses, 85,3% têm nível superior completo (81,8% em grau acadêmico de licenciatura e 3,5% em bacharelado) e 10% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 4,7% com nível médio ou inferior (Gráfico 35).

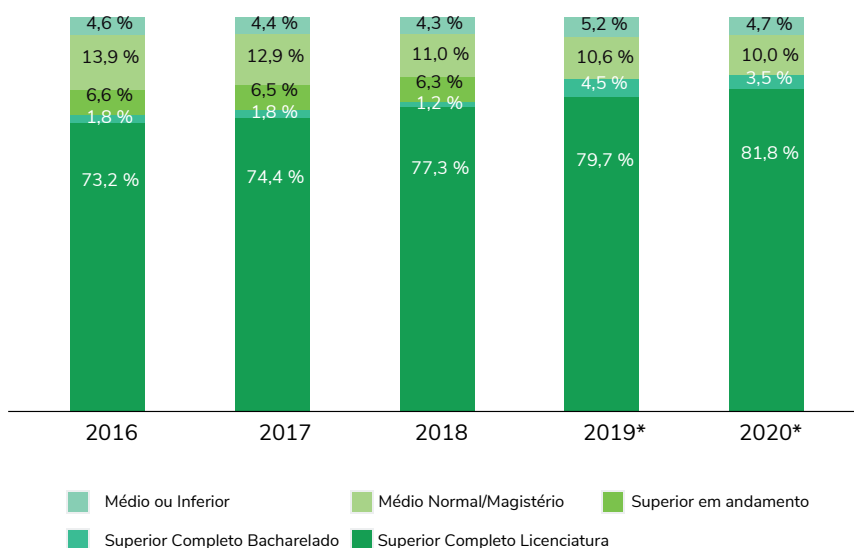


GRÁFICO 35

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nota: *Em 2019, o Censo Escolar parou de coletar cursos superiores em andamento. Ressalta-se que parte da elevação no percentual de docentes com superior concluído em 2019 e 2020 resulta do trabalho de atualização do cadastro de docentes promovido pelo Inep (adição de cursos concluídos em anos anteriores até então não declarados) como uma das ações da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar 2017.

Segundo o indicador de adequação da formação docente para os anos iniciais do ensino fundamental, o pior resultado é observado para a disciplina de Língua Estrangeira, em que em apenas 31,3% das turmas são ministradas aulas por professores com formação superior de licenciatura (ou equivalente) na mesma área da disciplina (grupo 1 do indicador). O melhor resultado do indicador de adequação da formação docente é observado para a disciplina de Educação Física, com 79,3% das turmas atendidas por docentes classificados no grupo 1 (Gráfico 36).

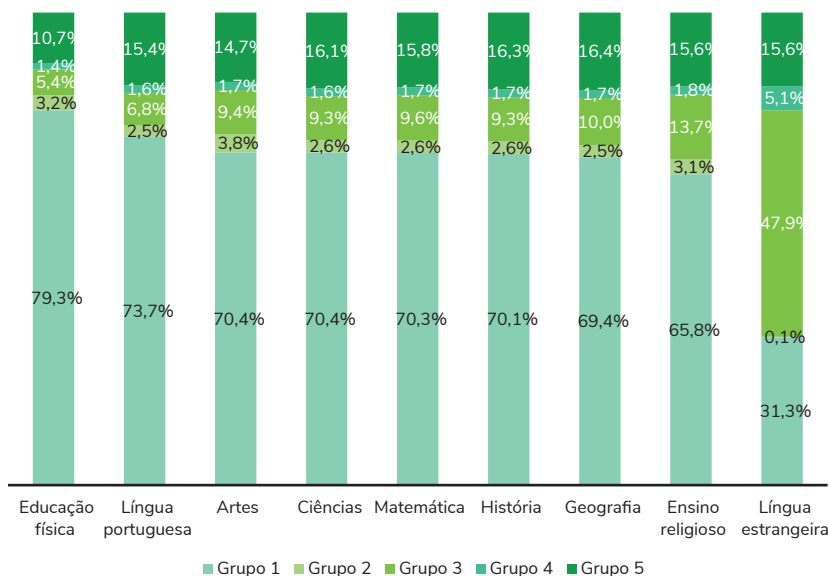


GRÁFICO 36

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, atuam 753 mil docentes. São 66,8% do sexo feminino e 33,2% do sexo masculino. As faixas etárias com maior concentração são as de 40 a 49 anos e de 30 a 39 anos (Gráfico 37).

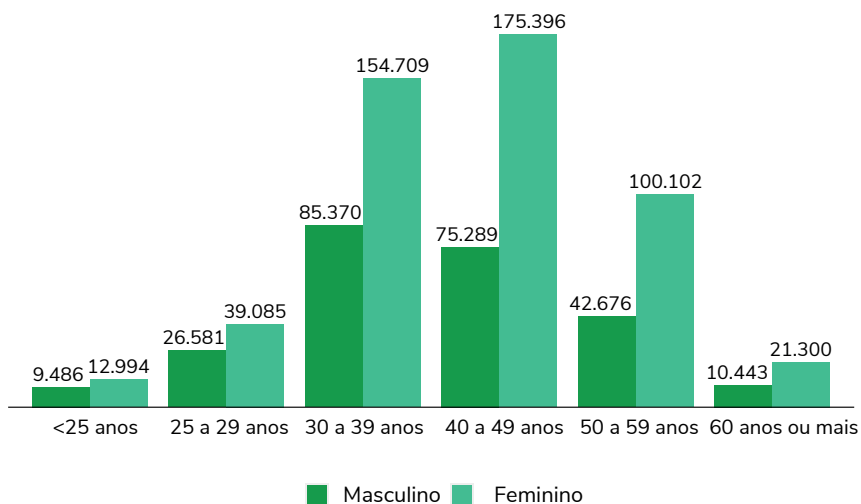


GRÁFICO 37

NÚMERO DE DOCENTES NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nos anos finais do ensino fundamental, 91,8% dos docentes possuem nível superior completo (87,9% em grau acadêmico de licenciatura e 3,9%, bacharelado). O percentual de docentes com formação superior em licenciatura aumentou 6,6 p.p. no período entre 2016 e 2020.

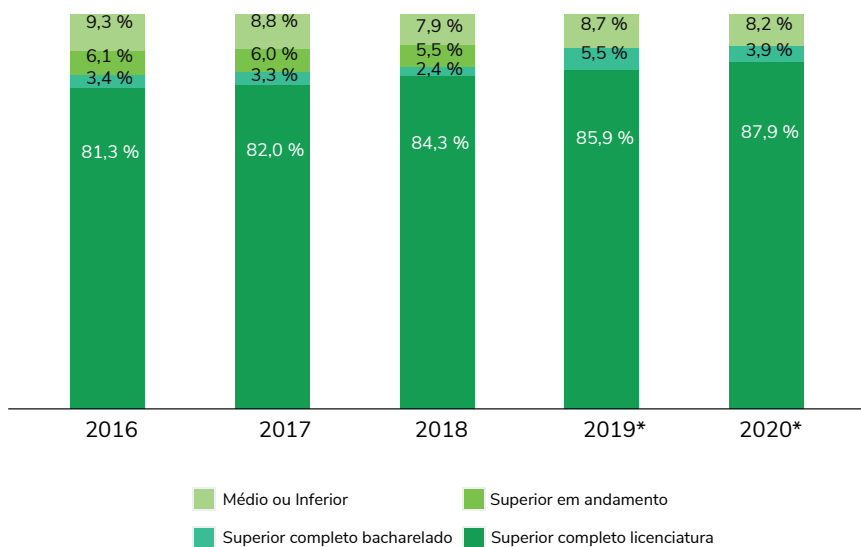


GRÁFICO 38

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nota: *Em 2019, o Censo Escolar parou de coletar cursos superiores em andamento. Ressalta-se que parte da elevação no percentual de docentes com superior concluído em 2019 e 2020 resulta do trabalho de atualização do cadastro de docentes promovido pelo Inep (adição de cursos concluídos em anos anteriores até então não declarados) como uma das ações da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar 2017.

Para os anos finais, o indicador de adequação da formação docente demonstra que o pior resultado ocorre para a disciplina de Língua Estrangeira, em que apenas 39,5% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada (grupo 1 do indicador). O melhor resultado é observado para a disciplina de Educação Física, em que 72,2% das turmas são atendidas por docentes com formação adequada (Gráfico 39).

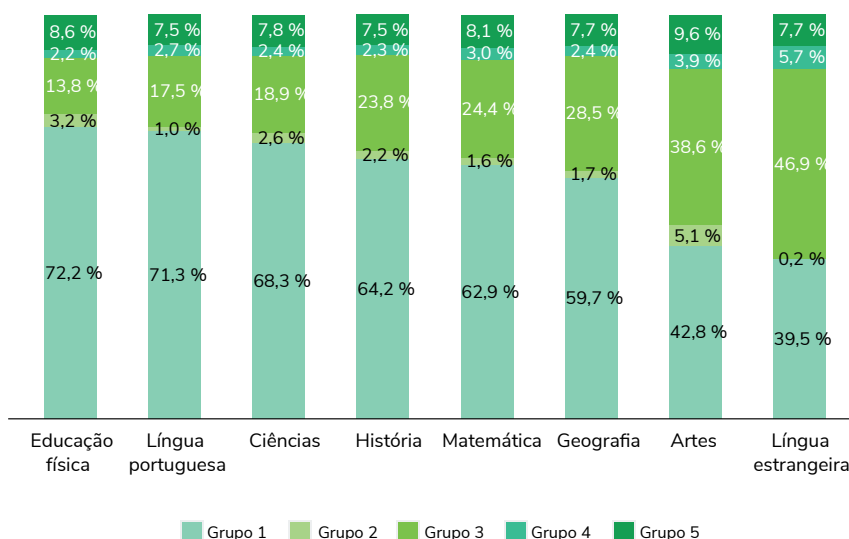


GRÁFICO 39

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA OS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nos anos finais, o percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador de adequação da formação docente) reduz-se consideravelmente, quando comparado aos anos iniciais. As regiões Norte, Nordeste e parte do Centro-Oeste apresentam um menor percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada (Figura 2).

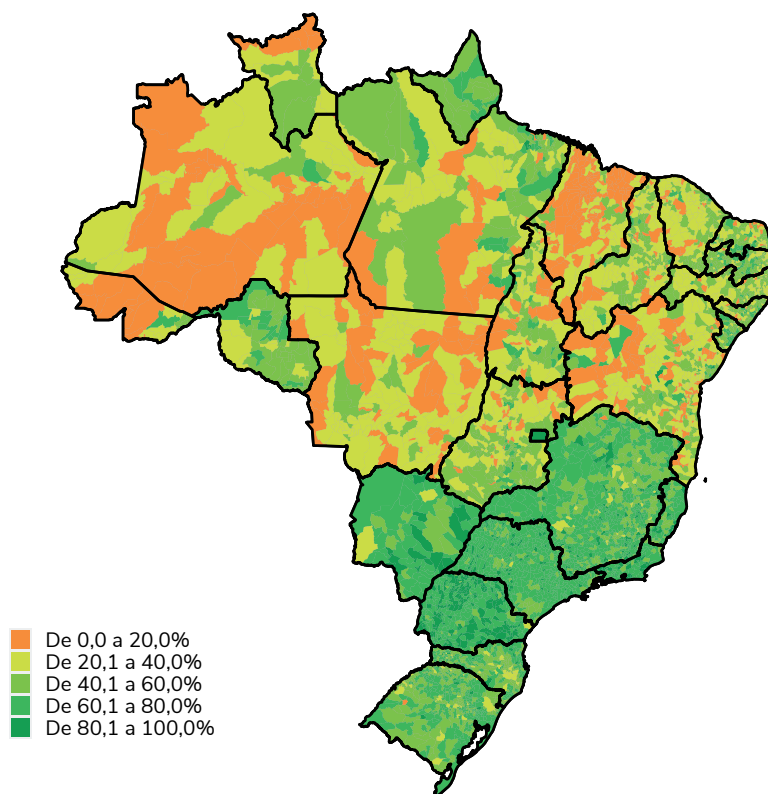


FIGURA 2

PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NOS ANOS FINAIS, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.2.4 ENSINO MÉDIO

O total de 505.782 professores atuaram no ensino médio em 2020. São 57,8% do sexo feminino e 42,2% do sexo masculino. A distribuição das idades se concentra nas faixas de 30 a 39 anos e de 40 a 49 anos (Gráfico 40).

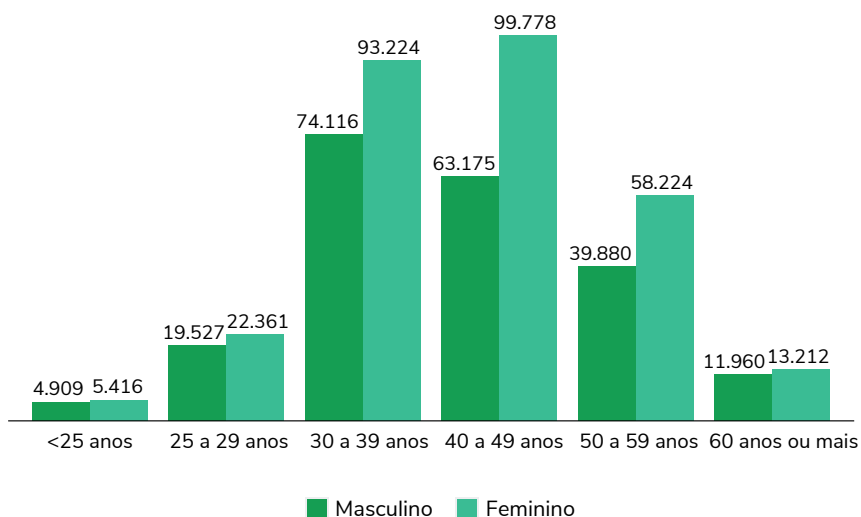


GRÁFICO 40

NÚMERO DE DOCENTES NO ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA E O SEXO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Dos docentes que atuam no ensino médio, 97,1% têm nível superior completo (89,6% em grau acadêmico de licenciatura e 7,4%, bacharelado) e 2,9% possuem formação de nível médio ou inferior (Gráfico 41).

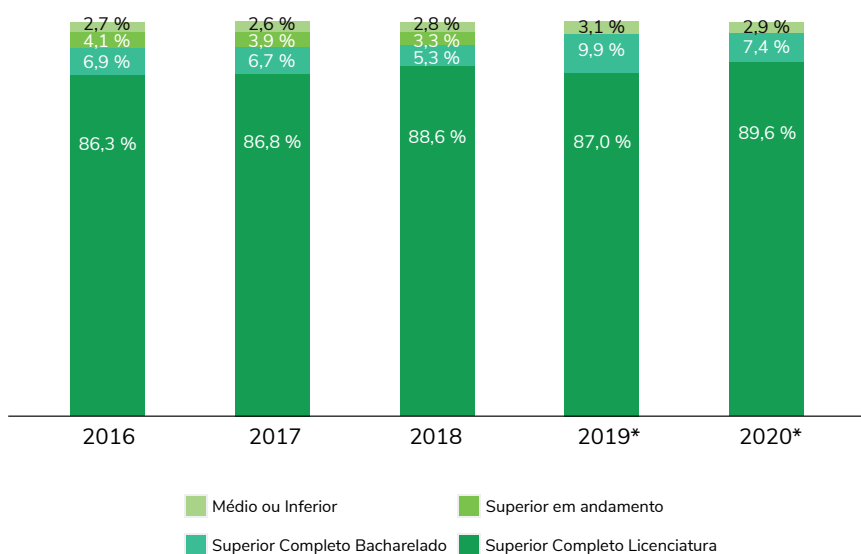


GRÁFICO 41

ESCOLARIDADE DOS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nota: *Em 2019, o Censo Escolar parou de coletar cursos superiores em andamento. Ressalta-se que parte da elevação no percentual de docentes com superior concluído em 2019 e 2020 resulta do trabalho de atualização do cadastro de docentes promovido pelo Inep (adição de cursos concluídos em anos anteriores até então não declarados) como uma das ações da Pesquisa de Controle de Qualidade do Censo Escolar 2017.

De acordo com o indicador de adequação da formação docente para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de Sociologia, em que apenas 36,3% das turmas são ministradas por professores com a formação adequada (grupo 1 do indicador). Os melhores resultados do indicador de adequação da formação docente são observados para as disciplinas de Língua Portuguesa, Educação Física, Biologia, Matemática, História e Geografia, com percentuais acima de 75%.

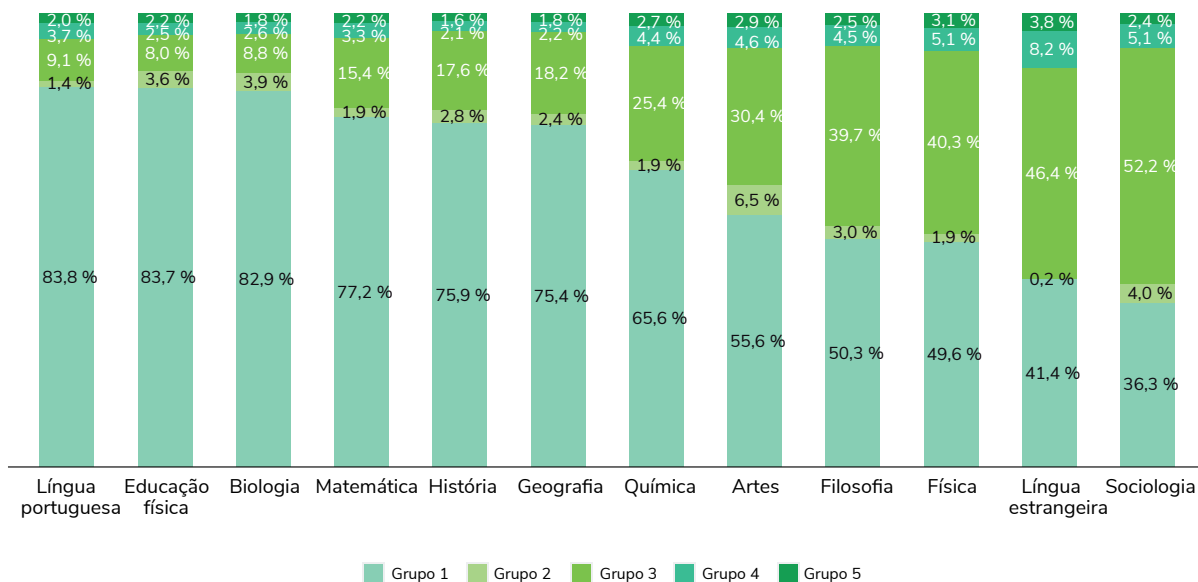


GRÁFICO 42

INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ENSINO MÉDIO, SEGUNDO A DISCIPLINA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

O percentual de disciplinas ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador) no ensino médio, para cada município brasileiro, demonstra que parte da região Centro-Oeste e da região Nordeste apresenta um desempenho ruim nesse indicador. Os menores percentuais foram observados nos estados de Mato Grosso e da Bahia, enquanto que Amapá, Rio Grande do Norte e Distrito Federal se destacam positivamente (Figura 3).

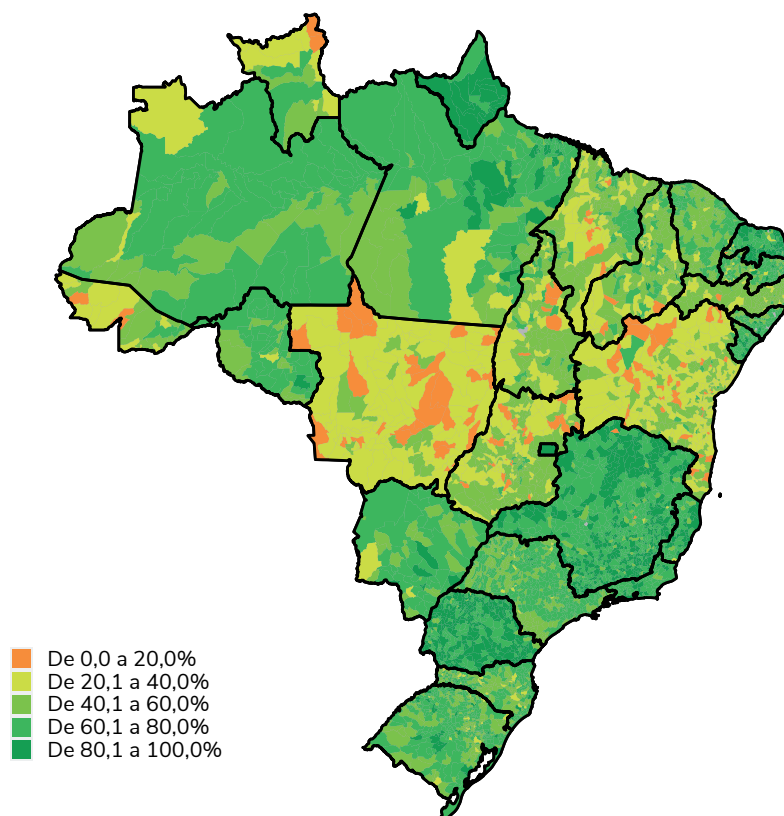


FIGURA 3

PERCENTUAL DE DISCIPLINAS QUE SÃO MINISTRADAS POR PROFESSORES COM FORMAÇÃO ADEQUADA (GRUPO 1 DO INDICADOR DE ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE) NO ENSINO MÉDIO, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.2.5 PÓS-GRADUAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

Uma das metas destacadas no PNE diz respeito à pós-graduação e à formação continuada dos docentes da educação básica. A Meta 16 busca formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores de educação básica até o último ano de vigência do plano e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

A seguir, tem-se a evolução do percentual de docentes da educação básica com pós-graduação (Gráfico 43) e formação continuada (Gráfico 44). No primeiro, verifica-se um aumento de 34,6% para 43,4% de professores com pós-graduação, de 2016 a 2020. No segundo, também uma elevação, com o percentual de docentes com formação continuada saindo de 33,3%, em 2016, para 39,9%, em 2020.

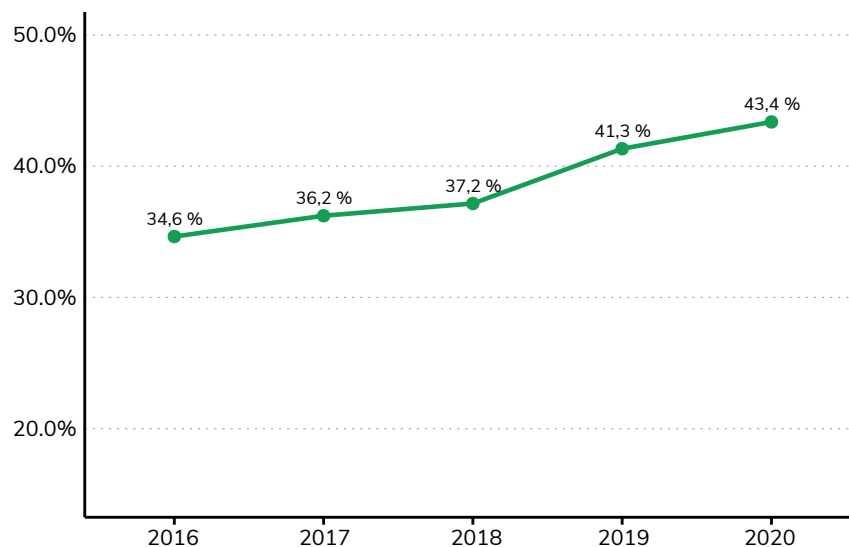


GRÁFICO 43

PERCENTUAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* OU *STRICTO SENSU* (INDICADOR 16A – RELATÓRIO DO 3º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

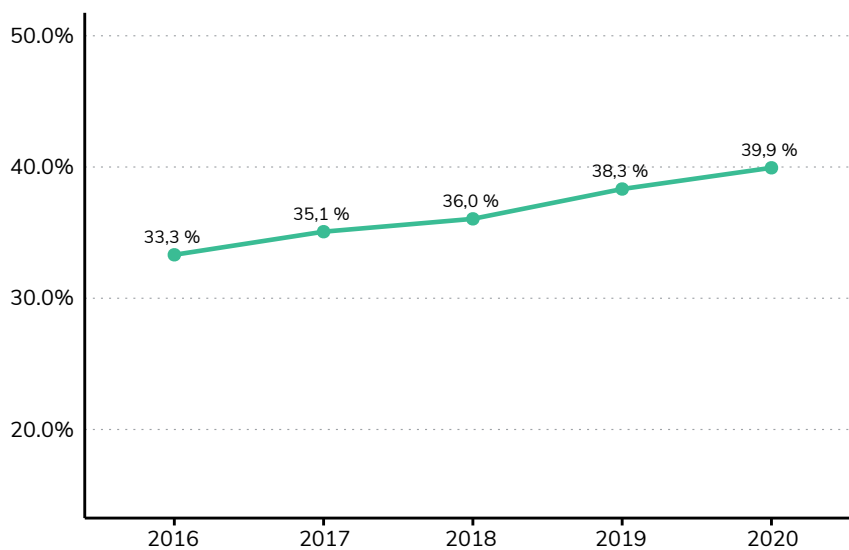


GRÁFICO 44

PERCENTUAL DE DOCENTES COM FORMAÇÃO CONTINUADA (INDICADOR 16B – RELATÓRIO DO 3º CICLO DE MONITORAMENTO DAS METAS DO PNE) – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.3 ESCOLAS

Nesta subseção, são destacadas as informações sobre as escolas. Apresenta-se, primeiramente, uma visão geral por dependência administrativa e disponibilidade de internet. Em seguida, os dados são agregados por etapa de ensino (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) com destaque para a disponibilidade de recursos tecnológicos.

1.3.1 VISÃO GERAL

O Brasil conta, em 2020, com 179.533 escolas de educação básica. Desse total, a rede municipal é responsável por aproximadamente dois terços delas (60,1%), seguida da rede privada (22,9%), conforme pode ser observado no Gráfico 45.

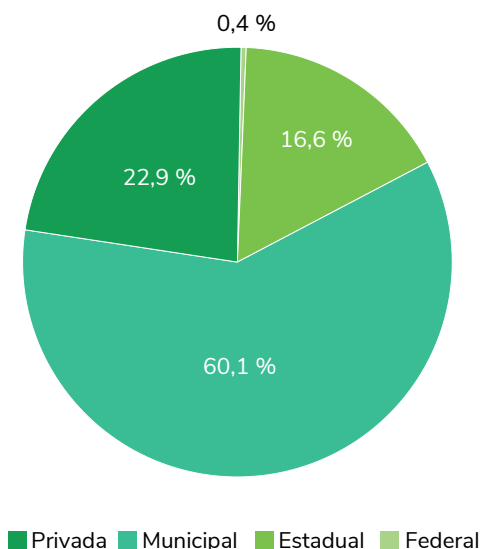


GRÁFICO 45

PERCENTUAL DE ESCOLAS, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

As escolas de pequeno porte (até 50 matrículas) estão concentradas nas regiões Norte (36,9%) e Nordeste (25,4%), conforme observado na Figura 4. Os estados com o maior percentual de escolas de pequeno porte são Acre (48,2%), Roraima (44%) e Amazonas (43,8%).

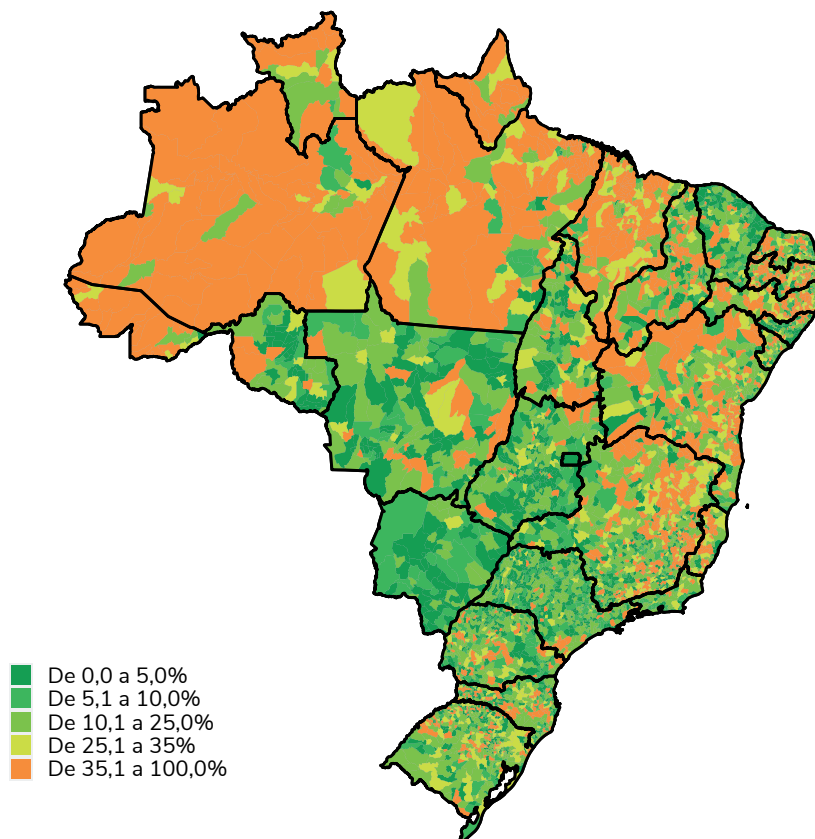


FIGURA 4

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE PEQUENO PORTE (ATÉ 50 MATRÍCULAS), POR MUNICÍPIO
– BRASIL – 2020

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Do total de 179.533 escolas da educação básica, percebe-se que as etapas de ensino mais ofertadas são os anos iniciais do ensino fundamental e a pré-escola, com 108.080 (60,2%) e 101.012 (56,3%) escolas, respectivamente. O ensino médio, por outro lado, é ofertado por apenas 28.933 (16,1%) escolas (Gráfico 46).

Um recurso importante para as escolas nos tempos atuais é a internet. Ao avaliar a disponibilidade de internet nas escolas da educação básica, percebe-se que esse recurso é pouco presente (proporção geral inferior a 60%) nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Roraima, Pará e Amapá (Figura 5).

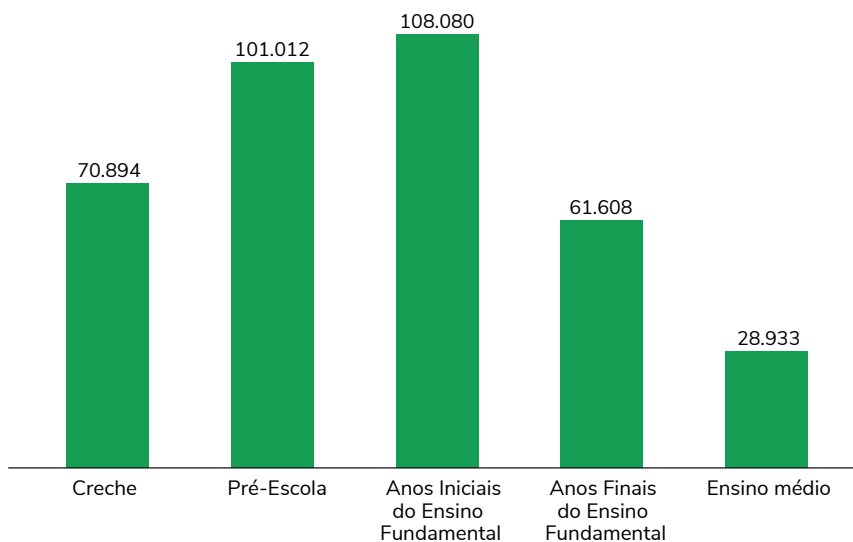


GRÁFICO 46

NÚMERO DE ESCOLAS, POR OFERTA DE ETAPA DE ENSINO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

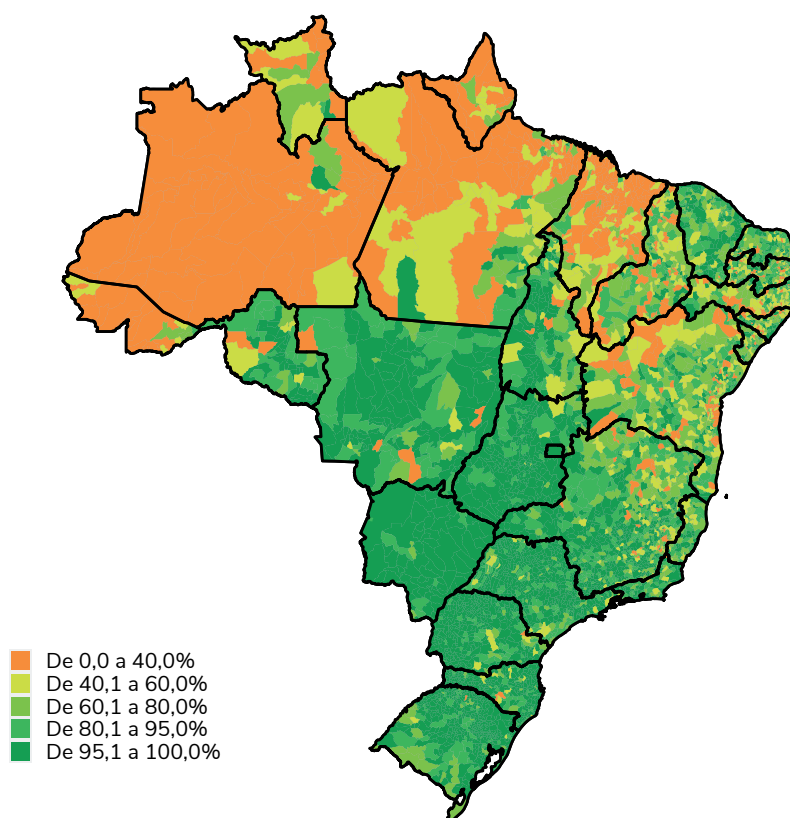


FIGURA 5

PERCENTUAL DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM INTERNET, POR MUNICÍPIO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.3.2 EDUCAÇÃO INFANTIL

Em 2020, 113.985 escolas ofertavam educação infantil no Brasil, sendo que 101.012 (88,6%) atendiam pré-escola e 70.894 (62,2%), creche. Ao longo dos últimos cinco anos, o número de escolas que oferecem pré-escola sofreu uma queda de 4,9%, enquanto o número daquelas que oferecem creche tem aumentado gradualmente, apresentando uma pequena queda em 2020. De 2016 a 2020, houve um acréscimo de 8,7% no número de escolas com creche (Gráfico 47).

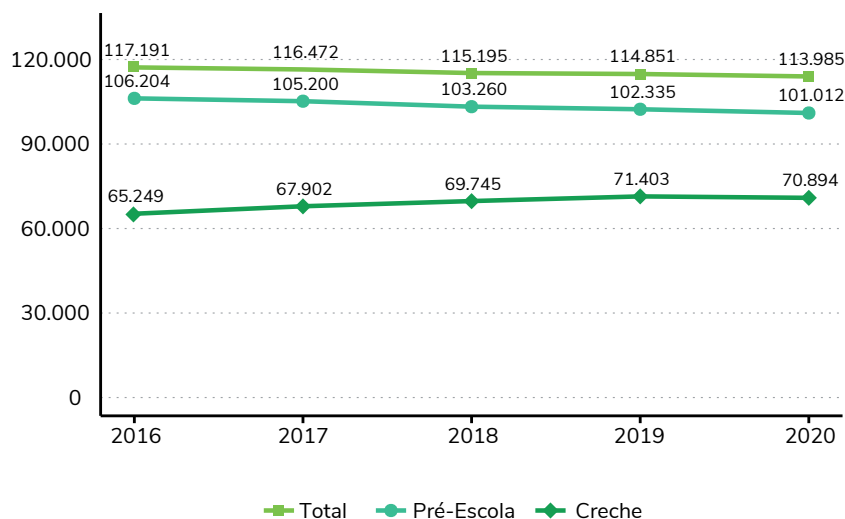


GRÁFICO 47

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Na educação infantil, a infraestrutura tecnológica é abrangente na rede privada de ensino. A internet está presente em 96,8% das escolas particulares, enquanto na rede municipal o percentual é de 66,2%. A presença de internet banda larga é de 85% na rede privada e de 52,7% nas escolas municipais. A internet para uso administrativo está disponível em 93,5% da rede particular, enquanto na rede municipal o percentual é de 63,4% (Gráfico 48).

Em relação à infraestrutura, 42,4% das escolas municipais de educação infantil têm banheiro adequado à educação infantil, enquanto, nas escolas particulares, esse percentual chega a 84,6%. Quanto à existência de materiais socioculturais ou pedagógicos em uso na escola para o desenvolvimento de atividades de ensino, verifica-se um elevado percentual na rede privada de brinquedos para educação infantil, de jogos educativos e de materiais para atividades culturais e artísticas com 91%, 88,3% e 60,5%, respectivamente. Já na rede municipal, esses percentuais são menores, com 61,1%, 78,9% e 28,1%. A rede privada também é superior à rede municipal quando se avalia a existência de parque infantil ou mesmo de pátio nas escolas com oferta dessa etapa de ensino (Gráfico 48).

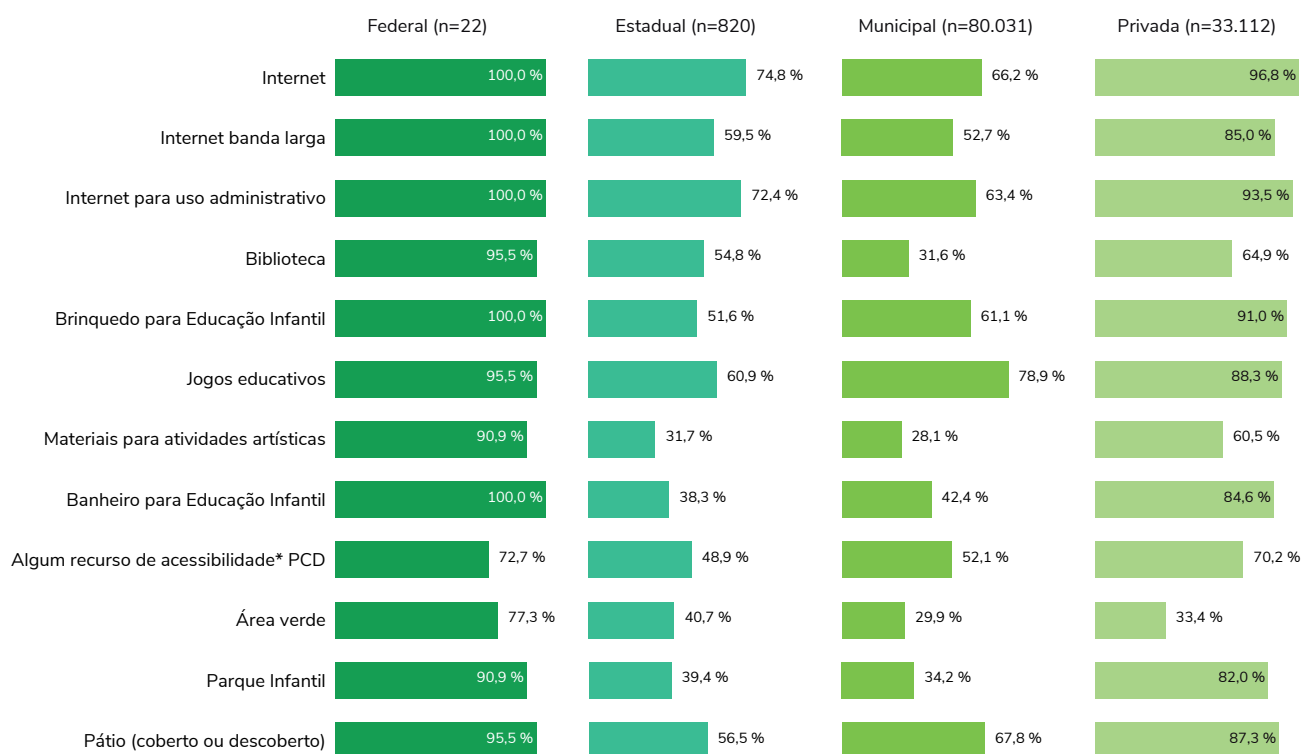


GRÁFICO 48

RECURSOS RELACIONADOS À TECNOLOGIA E INFRAESTRUTURA DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Nota: *Percentual de escolas que declararam possuir algum dos recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas vias de circulação internas (corrimão, elevador, pisos táteis, vão livre, rampas, salas acessíveis, sinalização sonora, tátil ou visual).

1.3.3 ENSINO FUNDAMENTAL

O ensino fundamental foi ofertado em um total de 124.840 escolas no País. Dessas, 108.080 atendiam os anos iniciais e 61.608 os anos finais dessa etapa de ensino. O número de escolas que oferecem os anos finais se manteve relativamente estável nos últimos cinco anos. Observa-se uma redução gradual no número de escolas que oferecem os anos iniciais do ensino fundamental que, em relação ao último ano, apresentou diminuição de 1.564 escolas, uma queda de 1,4% (Gráfico 49).

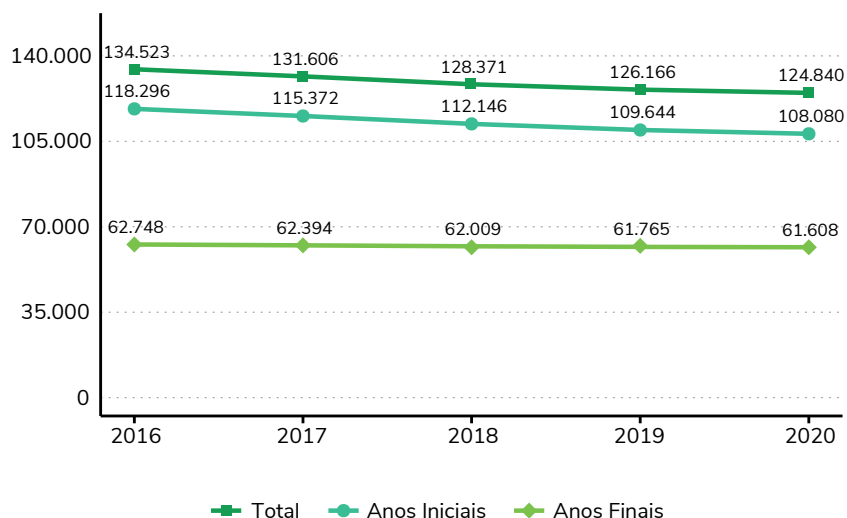


GRÁFICO 49

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS) – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

A rede municipal é a principal responsável pela oferta dos anos iniciais e dos anos finais do ensino fundamental no Brasil. Ela é responsável por 73.939 (68,4%) escolas nos anos iniciais do ensino fundamental e abrange 28.769 (46,7%) escolas de anos finais, conforme demonstrado no Gráfico 50.

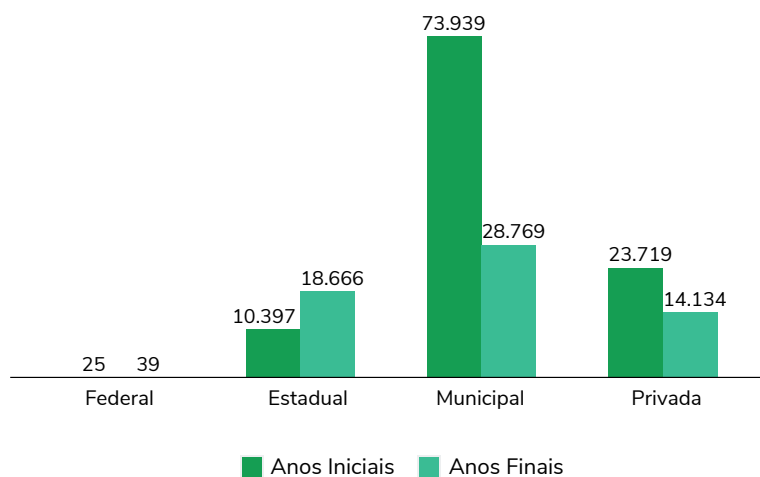


GRÁFICO 50

NÚMERO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS E ANOS FINAIS), POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Apesar de possuir o maior número de escolas do ensino fundamental, a rede municipal é a que menos dispõe de recursos tecnológicos, como lousa digital (9,9%), projetor multimídia (54,4%), computador de mesa (38,3%) ou portátil (23,8%) para os alunos ou mesmo internet disponível para uso destes (23,8%). Em alguns quesitos, as escolas da rede estadual estão mais equipadas com recursos tecnológicos do que a rede privada. O percentual de escolas estaduais com lousa digital, projetor multimídia e computador de mesa para os alunos é maior que nas escolas particulares. Porém, os itens de recursos tecnológicos que os alunos podem utilizar fora da escola apresentaram maior percentual na rede privada. Computador portátil e *tablet* para alunos são mais frequentes nas escolas particulares do que nas municipais e estaduais, como mostra o Gráfico 51 (entre parênteses o número de escolas de cada rede de ensino).

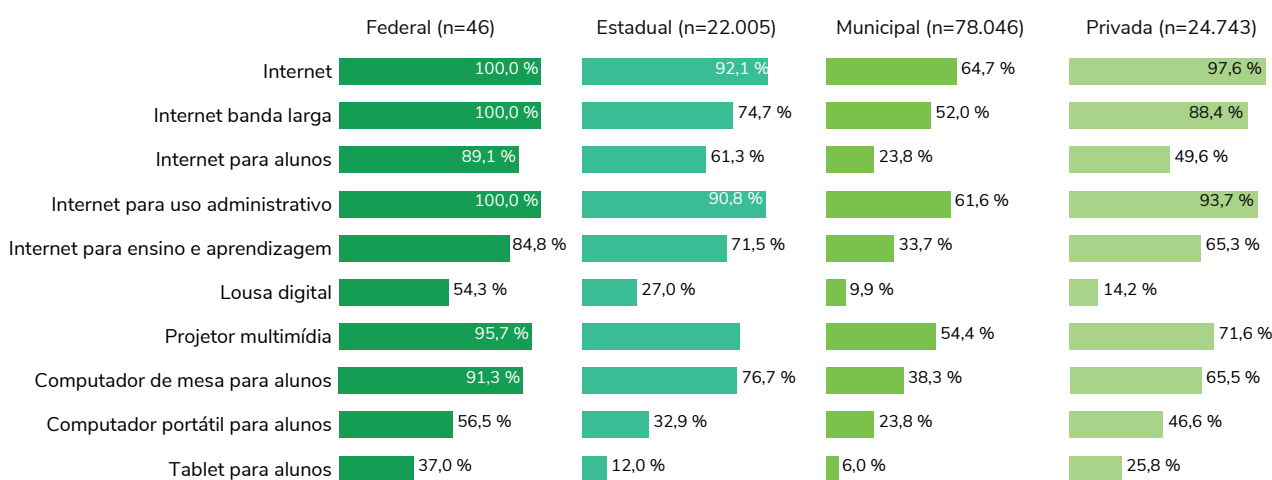


GRÁFICO 51

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

De forma geral, o Brasil tem um elevado percentual de acesso à internet nas escolas de ensino fundamental. Entretanto, quando observado o percentual de internet banda larga, algumas regiões ainda apresentam baixa cobertura. Os estados com menor proporção de acesso à internet banda larga são Acre, Amazonas, Maranhão e Pará (Figura 6).

Quando observados os recursos tecnológicos por região, fica evidente a disparidade entre o Norte e o restante do País. Em todos os dez quesitos analisados, a região apresentou percentuais abaixo de 50%. Destaca-se que apenas 31,4% das escolas de ensino fundamental da região Norte possuem acesso à internet banda larga. No Nordeste, os percentuais de internet (66,6%) e de internet banda larga (54,7%) também são menores que no Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região Sul é a que apresenta maior percentual (48,8%) de computador portátil para os alunos (Gráfico 52).

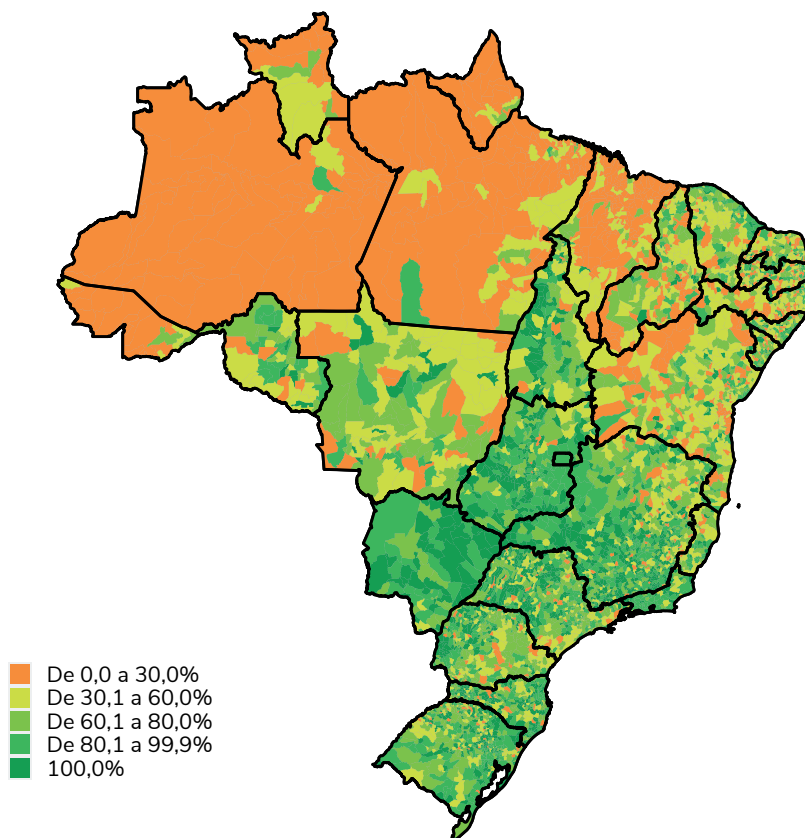


FIGURA 6

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, POR MUNICÍPIO, COM ACESSO À INTERNET BANDA LARGA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborada por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

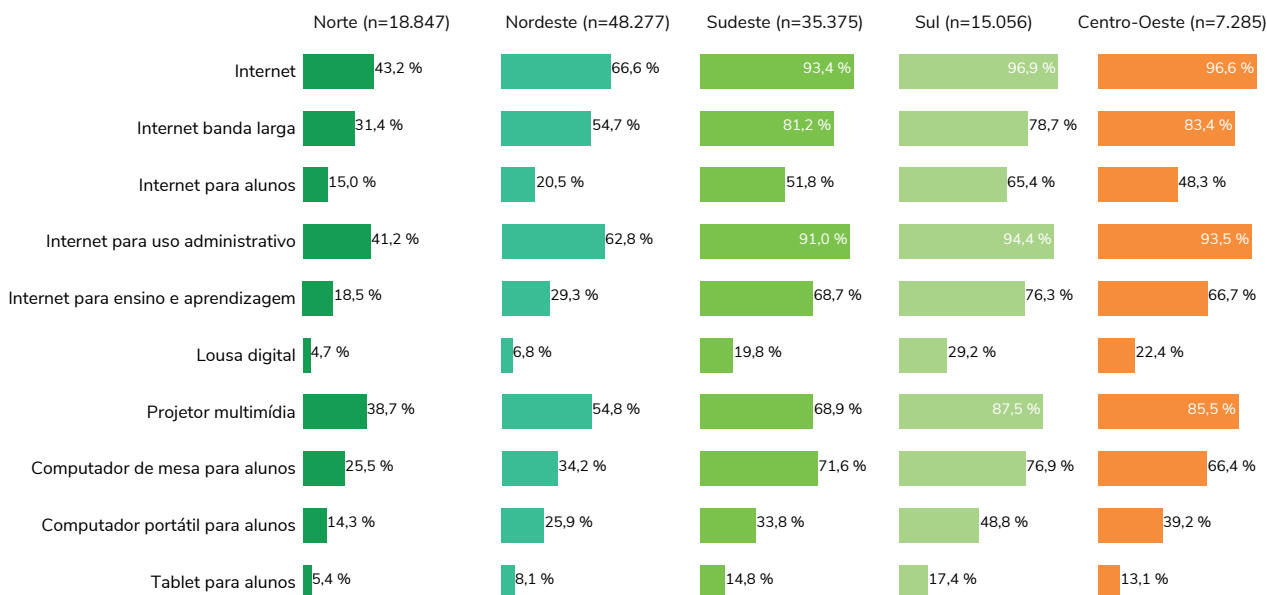


GRÁFICO 52

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL, SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.3.4 ENSINO MÉDIO

No Brasil, o ensino médio foi ofertado por um total de 28.933 escolas em 2020. Nos últimos cinco anos, houve um aumento gradual no número de escolas que oferecem essa etapa de ensino, conforme demonstrado no Gráfico 53. No total, foi observado um crescimento de 2% no número de escolas de ensino médio no período de 2016 a 2020. Esse mesmo crescimento foi observado nas redes pública e privada (Gráfico 53).

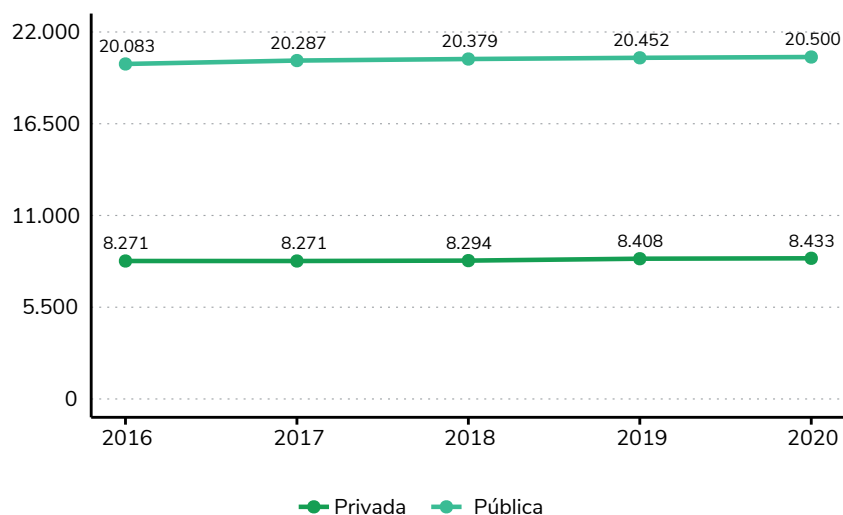


GRÁFICO 53

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR REDE (PÚBLICA OU PRIVADA) – BRASIL – 2016-2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.3.5 DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

A rede estadual tem o maior número de escolas de ensino médio, com 68,2%, seguida pela rede privada, com 29,1%. Apesar de ser a etapa que conta com a maior participação da rede federal, quando comparada à educação infantil e ao ensino fundamental, essa participação é ainda muito pequena. O Gráfico 54 apresenta o percentual de escolas do ensino médio por dependência administrativa.

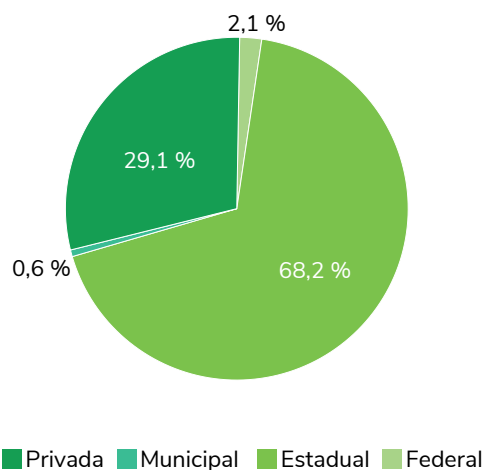


GRÁFICO 54

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

No ensino médio, 96,9% das escolas têm internet. Porém, a internet banda larga está presente em menor número, estando disponível em 84,2% das escolas. O recurso é menos comum no Norte do País. Os estados com cobertura de banda larga abaixo dos 50% são Acre e Roraima (Figura 7).

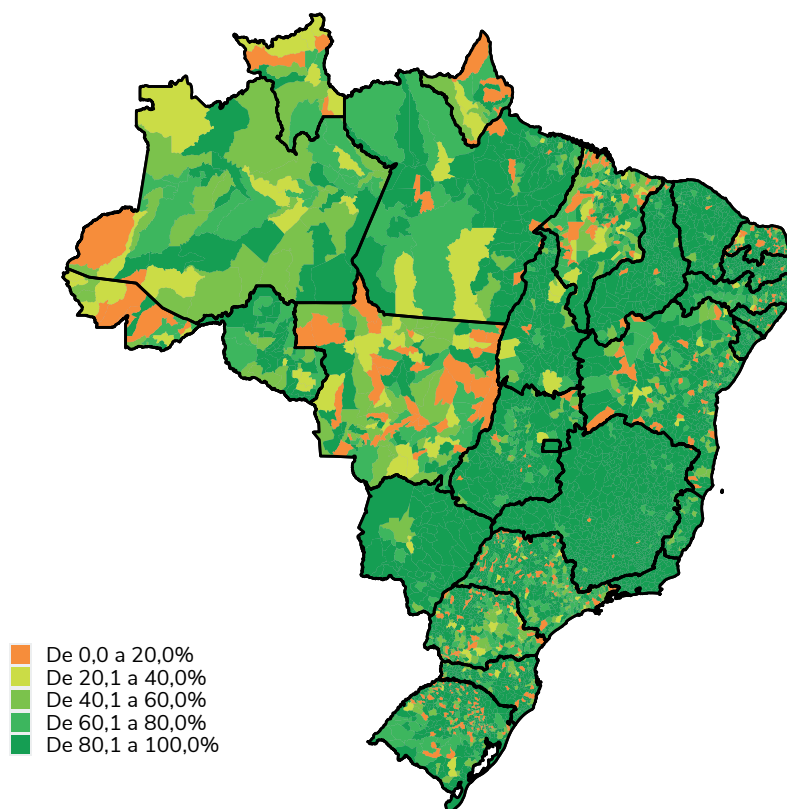


FIGURA 7

PERCENTUAL DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, POR MUNICÍPIO, COM INTERNET BANDA LARGA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

A disponibilidade de recursos tecnológicos nas escolas de ensino médio é maior do que nas de ensino fundamental. Quando observada a rede estadual, que detém o maior número de escolas de ensino médio, nota-se que 80,4% das unidades têm internet banda larga. Nessa rede, o percentual de computadores de mesa para alunos é de 79,3%, porém o de computadores portáteis para alunos é de apenas 36,3%. Já a rede privada de ensino oferece esse equipamento aos alunos em 53,5% das escolas. Da mesma forma, a rede privada possui um percentual maior de *tablet* para alunos (31,8%), enquanto 13,1% das escolas estaduais oferecem o mesmo recurso. (Gráfico 55).

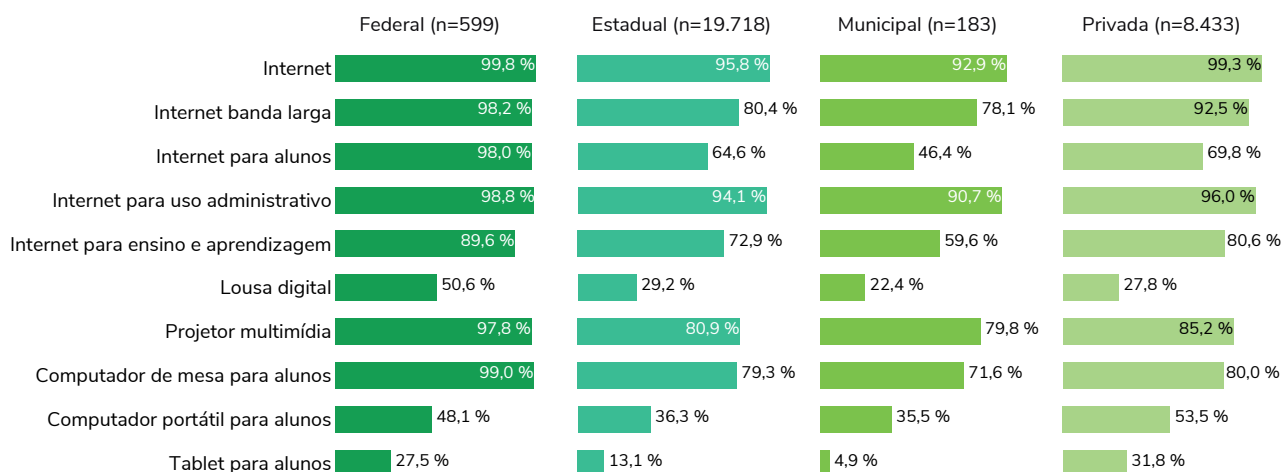


GRÁFICO 55

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

O acesso à internet e à internet banda larga é mais abrangente no ensino médio do que no fundamental. No Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, o percentual de escolas com internet no ensino médio é elevado, com 99,5%, 99,1% e 98,4%, respectivamente. Os menores percentuais de internet banda larga estão no Norte (74%) e no Sul do País (80,2%). O maior percentual de *tablet* para alunos está na região Nordeste, com 24,6%. Já o maior percentual de computadores portáteis para alunos está no Sul (55,7%). Outros recursos tecnológicos disponíveis nas escolas de ensino médio podem ser encontrados no Gráfico 56.

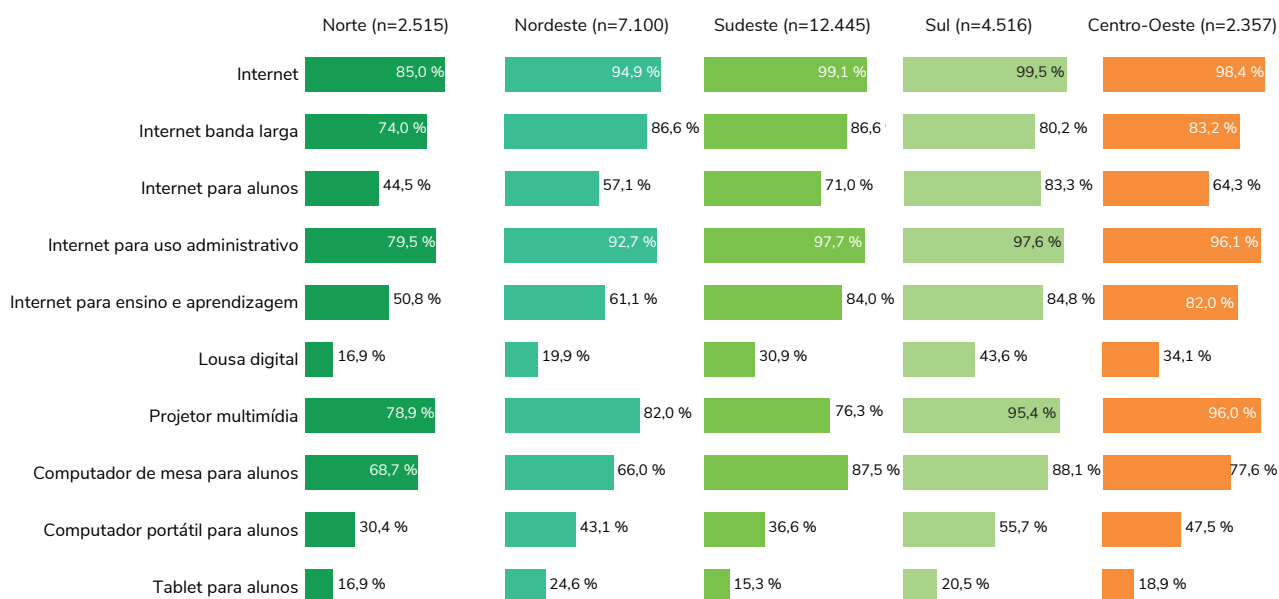


GRÁFICO 56

RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONÍVEIS NAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO, SEGUNDO AS REGIÕES – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

1.4 GESTORES

Esta subseção apresenta alguns resultados de uma das novidades apresentadas no Censo Escolar de 2019, os dados sobre os gestores das escolas do País. Destacam-se informações básicas sobre os diretores, tais como a formação, o tipo de contratação e a forma de acesso ao cargo.

1.4.1 VISÃO GERAL

Do total de 188.361 gestores² declarados nas 179.533 escolas em 2020, 85,6% são diretores³ e 14,4% possuem outros cargos⁴. Dos diretores, 80,6% são do sexo feminino, mas esse percentual varia nas redes federal (22,4%), estadual (67,4%), municipal (83,4%) e privada (84,9%).

² As estatísticas desta seção contabilizam o gestor em cada escola em que ele atua. Destaca-se que cada escola podia declarar até três gestores.

³ O responsável jurídico ou legal pela instituição escolar, com documentação que comprova o vínculo ao cargo, sendo o dirigente e administrador da escola..

⁴ O gestor ocupa outro cargo, diferente de diretor de escola, mas é o responsável jurídico ou legal pela instituição e pela gestão escolar.

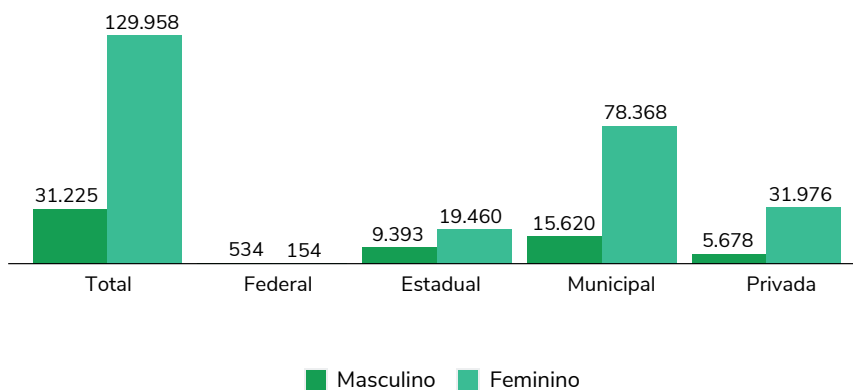


GRÁFICO 57

NÚMERO DE DIRETORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA, SEGUNDO O SEXO E A DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Quando observada a escolaridade, o percentual de diretores que completaram o ensino superior é de 88,2%. O percentual de diretores com curso superior é maior nas redes federal e estadual, com 99,4% e 96,6%, respectivamente. Na rede municipal, o percentual é de 87,3% e, na rede privada, de 83,8%.

Sobre o vínculo institucional com a escola, 77,4% dos diretores da rede pública são concursados, efetivos ou estáveis. Os que possuem vínculo de contrato temporário somam 21,1% e os contratos via Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), 1,4%. Apenas 0,2% dos contratos são terceirizados. O Gráfico 58 apresenta esses dados separadamente para os diretores das escolas das redes federal, estadual e municipal.

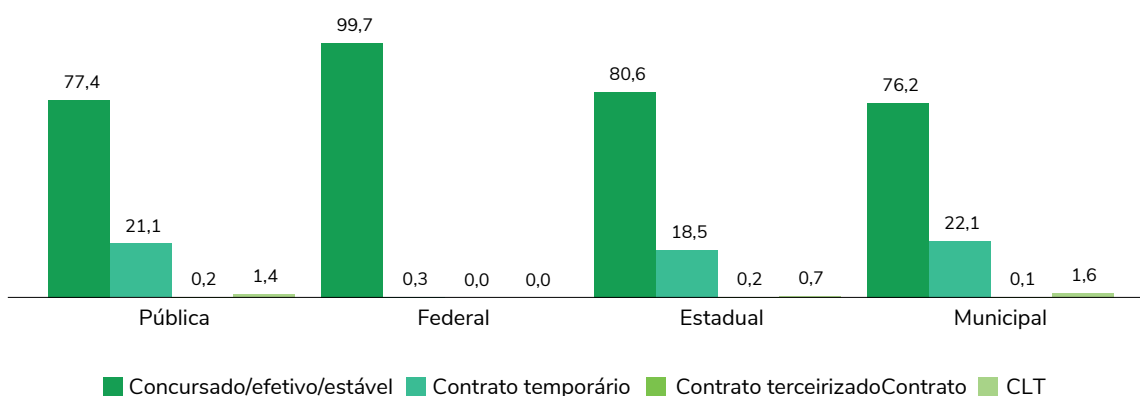


GRÁFICO 58

PERCENTUAL DE DIRETORES, SEGUNDO O TIPO DE VÍNCULO/REGIME DE CONTRATAÇÃO, POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, REDE PÚBLICA – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.

Outro quesito verificado foi a forma de acesso ao cargo de diretor. Na rede federal, predomina o acesso realizado exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar, com 67,2% dos casos. Em 17,4%, a forma de acesso foi unicamente por indicação ou escolha da gestão. A rede estadual apresenta 38,1% de diretores com acesso ao cargo exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar. Outros 23% ocupam o cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. Na dependência municipal, os que tiveram acesso ao cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão somam 65%. Outros 14,2% passaram exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar. Na rede privada, 54,3% de diretores são proprietários ou sócios da escola e 30% chegaram ao cargo exclusivamente por indicação ou escolha da gestão. Outras categorias com menor frequência, como o acesso por concurso público e as formas combinadas contemplando o processo seletivo e a escolha da gestão, e o processo seletivo e a eleição, podem ser observadas no Gráfico 59.

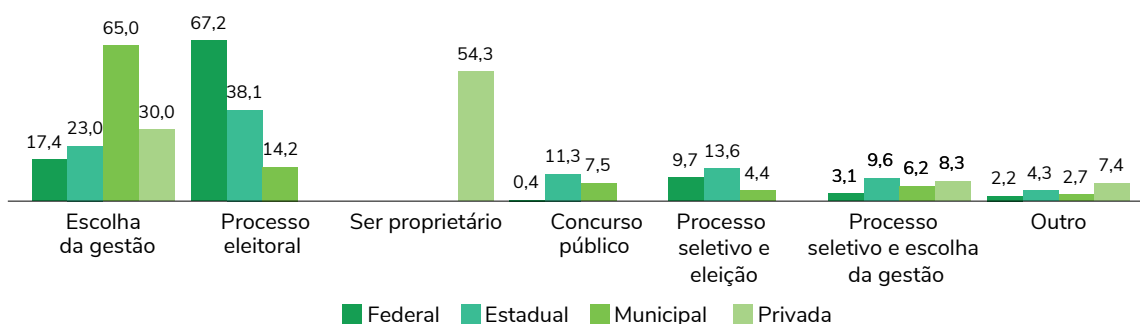


GRÁFICO 59

PERCENTUAL DE DIRETORES, POR FORMA DE ACESSO AO CARGO, SEGUNDO A REDE DE ENSINO – BRASIL – 2020

Fonte: Elaborado por Deed/Inep com base nos dados do Censo da Educação Básica.



REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007. Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 dez. 2007. Seção 1, p. 9.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Dicionário de indicadores educacionais: fórmulas de cálculo*. Brasília, DF: Inep, 2004.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Nota Técnica nº 020/2014. Indicador de adequação da formação do docente da educação básica*. Brasília, DF, 21 nov. 2014. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Manual da linha editorial do Inep*. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 91, de 2 de fevereiro de 2017. Torna público os princípios fundamentais e boas práticas que orientam a produção e divulgação das estatísticas educacionais oficiais produzidas pelo Inep. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 3 fev. 2017. Seção 1, p. 14.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Caderno de conceitos e orientações do Censo Escolar 2020*. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/caderno_de_instrucoes/Caderno_de_Conceitos_e_Orientacoes_do_Censo_Escolar_2020.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Censo da Educação Básica 2019: notas estatísticas*. Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020*. Brasília, DF: Inep, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Portaria nº 357, de 22 de maio de 2020. Define o cronograma de atividades do Censo Escolar 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 maio 2020. Seção 1, p. 55.

UNITED NATIONS (UN). General Assembly. *Resolution adopted by the General Assembly on 29 January 2014: 68/261: fundamental principles of official statistics*. [New York], 2014. Disponível em: <<https://unstats.un.org/unsd/dnss/gp/FP-New-E.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2020.



GLOSSÁRIO

As definições a seguir tiveram como fonte o Caderno de Instruções do Censo Escolar, as referências legais (relativas às metas do Plano Nacional de Educação), além de notas técnicas e dicionários de indicadores.

Atendimento educacional especializado (AEE) – é a mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/superdotação, público da educação especial, devendo a sua oferta constar do projeto pedagógico da escola, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. As atividades desenvolvidas no AEE se diferenciam daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela e é realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais (SRM) da própria escola, ou de outra escola de ensino regular, ou em centros de atendimento educacional especializado (CAEE). As atividades visam ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos estudantes, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas realizadas pelo professor especializado visam apoiar as atividades realizadas pelo professor na classe comum. As opções disponíveis são: **exclusivamente** – a escola oferece apenas AEE; **não exclusivamente** – além de oferecer AEE, a escola também oferece escolarização e/ou atividade complementar; **não oferece** – a escola **não oferece** AEE.

Banheiro adequado à educação infantil – banheiro adaptado para crianças de 0 a 5 anos, com tamanhos, modelos e materiais adequados.

Cor/raça – as opções de preenchimento são as mesmas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): branca, preta, parda, amarela, indígena, não declarada. Para o aluno, a declaração de cor/raça deve ser informada pelo seu responsável, se menor de 16 anos, ou pelo próprio aluno, a partir de 16 anos de idade. Nos formulários de profissional escolar em sala de aula e de gestor escolar, a informação deve ser declarada pelo próprio profissional.

Critério de acesso: processo seletivo qualificado e eleição com a participação da comunidade escolar – combina a realização de um processo seletivo que considera critérios claros e objetivos de seleção (como provas, títulos, participação em cursos, currículo, entre outros) e a escolha por meio de eleição, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Opção exclusiva para escolas públicas.

Critério de acesso: processo seletivo qualificado e escolha/nomeação da gestão – combina a realização de um processo seletivo que considera critérios claros e objetivos de seleção (provas, avaliação de títulos, participação em cursos, currículo, entre outros) e a escolha direta do proprietário da escola ou do gestor de maior cargo da rede de ensino. Opção para escolas públicas e privadas.

Critério de acesso: concurso público específico para o cargo de gestor escolar – indica que o gestor escolar assumiu o cargo por meio de concurso público, conforme previsto no art. 37 da Constituição Federal, precedido de edital exclusivo e específico para ocupar o cargo. Opção exclusiva para escolas públicas.

Critério de acesso: ser proprietário ou sócio proprietário da escola – indica que o acesso ao cargo se deve ao fato de o responsável pela escola ser proprietário único da instituição ou ser sócio proprietário. Opção exclusiva para escolas privadas.

Critério de acesso: exclusivamente por indicação ou escolha da gestão – indicação do responsável pela escola se deu por escolha direta do proprietário da escola ou do gestor de maior cargo da rede de ensino, sem considerar outros critérios. Opção para escolas públicas e privadas.

Critério de acesso: exclusivamente por processo eleitoral com a participação da comunidade escolar – indica como único critério para acessar o cargo de gestor a escolha por meio de eleição, com a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar, com critérios definidos por legislação, tais como: voto direto, secreto, quórum mínimo, constituição de comissão eleitoral, entre outros. Opção exclusiva para escolas públicas.

Dependência administrativa – âmbito de subordinação administrativa da escola que contempla as seguintes esferas de ensino: federal, estadual, municipal e privada.

Educação de Jovens e Adultos (EJA) – ensino direcionado aos jovens e adultos que não puderam realizar os estudos na idade apropriada.

Educação profissional subsequente – turma que oferta curso técnico para alunos que já concluíram o ensino médio.

Educação profissional concomitante – turma com curso técnico articulado ao ensino médio, em projeto pedagógico unificado ou não. Cada aluno tem duas matrículas distintas, podendo ser na mesma instituição (concomitância interna) ou em instituições diferentes.

Educação profissional – turma de cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional (cursos FIC) articulados à EJA ou ao ensino médio; ou cursos técnicos de nível médio nas formas articuladas (integrada ou concomitante) ou subsequente ao ensino médio.

Ensino médio integrado à educação profissional – turma de curso de educação profissional técnica de nível médio articulado ao ensino médio regular em um projeto pedagógico integrado. Cada aluno tem uma única matrícula.

Escola privada conveniada – acordo celebrado entre o poder público (secretaria estadual e/ou municipal) e entidades privadas sem fins lucrativos, mediante mútua colaboração, com vistas a descentralizar a execução de programa ou projeto na área educacional, com duração definida. O instrumento pode compreender convênio, acordo de cooperação técnica, repasse de recursos, prestação de serviços, entre outros instrumentos congêneres para manutenção e desenvolvimento de ensino, conforme arts. 70 e 71 da Lei nº 9.394/1996.

Escola privada filantrópica – escola instituída por pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, reconhecida como entidade beneficente de assistência social, com a finalidade de prestação de serviços na área de educação, e que atende aos critérios da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Escola privada confessional – escola instituída por grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e a ideologia específica.

Escola privada comunitária – escola instituída por um grupo de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas educacionais sem fins lucrativos que incluem em sua entidade mantenedora representantes da comunidade.

Escolaridade – nível de formação do docente, que neste resumo foi dividida em: **médio ou inferior** – concluiu a 8ª série/o 9º ano do ensino fundamental ou curso de nível médio; **médio normal/magistério** – concluiu o curso de formação, em nível médio, para o exercício do magistério na educação infantil e nas primeiras séries/anos do ensino fundamental; superior em andamento – está cursando o ensino superior; **superior completo bacharelado** – concluiu o ensino superior em bacharelado; **superior completo licenciatura** – concluiu o ensino superior em licenciatura.

Gestor: outro cargo – o gestor ocupa outro cargo, diferente de diretor de escola, mas é o responsável jurídico/legal pela instituição e pela gestão escolar.

Gestor: diretor(a) – o responsável jurídico/legal pela instituição escolar, com documentação que comprova o vínculo ao cargo, sendo o dirigente e administrador da escola.

Indicador de adequação da formação docente – sintetiza a relação entre a formação inicial dos docentes de uma escola e as disciplinas que eles lecionam, considerando o ordenamento legal vigente. A relação dos cursos considerados adequados para cada disciplina encontra-se na nota técnica desse indicador, disponível na página do Inep (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>).

Grupo 1 – percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que lecionam; **Grupo 2** – percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de bacharelado (sem complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que lecionam; **Grupo 3** – percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) em área diferente daquela que lecionam; **Grupo 4** – percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior não considerada nas categorias; **Grupo 5** – percentual de disciplinas que são ministradas por professores sem formação superior.

Nota: nos anos iniciais, professores com formação em Pedagogia (licenciatura) ou Pedagogia (bacharelado) com complementação pedagógica foram classificados no Grupo 1 em todas as disciplinas, exceto Língua Estrangeira.

Jogos educativos – jogos elaborados especificamente para ensinar as pessoas sobre um determinado assunto, expandir conceitos, reforçar desenvolvimento e entendimento sobre um evento histórico ou cultural.

Localização – demarcação definida pelo IBGE para a classificação dos espaços rurais e urbanos. Há duas opções: zona urbana (áreas correspondentes às cidades, às vilas ou às áreas urbanas isoladas) ou zona rural (abrange toda a área situada fora dos limites da zona urbana). O perímetro urbano do município é definido por meio de lei municipal baseada no plano diretor do município – principal instrumento da política de desenvolvimento e expansão urbana.

Lousa digital – aparelho de tela sensível ao toque que projeta a imagem do computador e permite ao usuário, geralmente por meio de canetas próprias, a interação com diversos recursos multimídias.

Materiais para atividades culturais e artísticas – materiais que podem ser utilizados pelos professores com os alunos para aulas de educação artística e teatro, tais como: pincéis, tintas, argila, forno para queima de cerâmica, cenários, fantoches, roupas e fantasias, entre outros.

Parque infantil – local destinado a crianças da educação infantil, com instalações/equipamentos projetados para a realização de atividades recreativas, jogos e brincadeiras de maneira segura.

Pessoas com altas habilidades/superdotação – são aquelas que demonstram elevado potencial intelectual, acadêmico, de liderança, psicomotor e artístico, de forma isolada ou combinada, além de apresentarem grande criatividade e envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Pessoas com transtorno do espectro autista (TEA) – são aquelas que apresentam quadro clínico caracterizado por deficiência persistente e clinicamente significativa que causa alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social e dificuldade em desenvolver e manter relações apropriadas ao nível de desenvolvimento da pessoa. Além disso, a pessoa apresenta um repertório de interesses e atividades restrito e repetitivo, manifestado por comportamentos motores ou verbais estereotipados. Assim sendo, são comuns a excessiva adoção de rotinas e padrões de comportamento ritualizados, bem como interesses restritos e fixos.

Pessoas com deficiência (PCD) – são aquelas que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2009).

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 16 – formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Plano Nacional de Educação (PNE) – Meta 04 – universalizar, para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Plano Nacional de Educação (PNE) – é o Plano Nacional de Educação, decenal, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, e que estará em vigor até 2024. Ele determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos.

Rede de ensino – fonte financeira da escola. A rede pública é mantida pelo poder público (federal, estadual ou municipal). A rede privada é mantida por entes privados.

Taxa de distorção idade-série – expressa o percentual de alunos, em cada série, com idade superior à idade recomendada.

Tipo de contratação: contrato terceirizado – contrato de prestação de serviços celebrado com empresa intermediária. A relação de emprego é mantida entre o trabalhador e a empresa contratada e não envolve diretamente a secretaria de educação.

Tipo de contratação: contrato CLT – contrato celebrado entre pessoa física e secretaria de educação, seguindo as normas da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), incluindo a assinatura da carteira de trabalho e a previdência social pelo empregador, de acordo com o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Tipo de contratação: contrato temporário – contrato celebrado entre pessoa física e secretaria de educação, para atender a uma necessidade transitória de substituição de pessoal ou a um acréscimo extraordinário de serviços.

Tipo de contratação: concursado, efetivo ou estável – servidor com cargo público permanente no quadro da secretaria de educação, efetivado por meio de ato formal.



CC BY-NC

VENDA PROIBIDA

